



TERMO DE REFERÊNCIA

1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O Presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de peças de mecânica e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas e implementos agrícolas que compõem a frota municipal.

Fornecimento/execução de forma fracionada durante o período contratual, observadas as características e demais condições definidas neste edital.

2. JUSTIFICATIVA

A presente requisição preliminar tem como objetivo contratação de empresa para fornecimento de peças e prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva máquinas e veículos pesados pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.

A contratação se justifica pelo fato de que a Secretaria não dispõe de mecânicos qualificados para a maioria da demanda, sendo assim necessária a contratação da mão de obra com fornecimento de peças, para realizar a manutenção das máquinas evitando que as mesmas fiquem paradas.

A licitação por maior desconto sobre os valores tem como premissa de que não sabemos quais peças e quais equipamentos serão necessários realizar as manutenções.

A quantidade solicitada tem como base processos anteriores realizados pela Secretaria, onde a quantidade solicitada foi condizente com o realizado, mas vale ressaltar que caso não tenhamos problemas mecânicos, ou que julgarmos serem muito caros, podemos não utilizar os valores.

A justificativa referente ao distanciamento máximo da empresa visa evitar que o gestor e ou fiscal do contrato necessitem realizar viagens muito longas nos casos da necessidade de transporte do equipamento até a mecânica da empresa vencedora, ficando inviável distancias maiores do que 120 (cento e vinte) quilômetros, sendo está distância por rodovia, uma vez que irá demandar muito tempo de viagem, ficando



inviável e antieconômico para o município, mesmo que as despesas com locomoção sejam da empresa.

Outro fato a se justificar é a necessidade em realizar o serviço com fornecimento das peças no mesmo lote, tal medida evita que, caso ocorra algum problema na manutenção dos nossos equipamentos uma empresa não coloque a responsabilidade na outra, exemplo a empresa que forneceu a peça acuse que o problema foi na execução do serviço, e a empresa que realizou o serviço acuse a peça de má qualidade.

Alguns documentos solicitados como características técnicas obrigatórias servem para garantir de que a empresa cumprindo as obrigações ambientais e está realizando a destinação correta de materiais, óleos, etc., também para garantir que a empresa é especializada nesse tipo de serviço bem como seus funcionários.

Sendo esse o fato necessário para justificar a presente requisição, encaminha-se ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos para as providências que se fizerem necessárias.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS

3.1. As quantidades foram estimadas pelo setor requisitante da licitação com base no consumo médio para um período futuro de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por conveniência das partes contratuais.

3.2. Descrição detalhada do objeto, suas quantidades e valores fixos estimados de contratação:

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço máximo total
01	5380	Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de mecânica pesadas e implementos/máquinas agrícolas	2.298	HORA	R\$ 156,60	R\$ 359.866,80
02	5381	Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de solda em máquinas pesadas e implementos/máquinas agrícolas	634	HORA	R\$ 189,16	R\$ 119.925,80



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ**

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP 85557000

003

03	5382	Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de torno em máquinas pesadas e implementos/máquinas agrícolas	619	HORA	R\$ 193,60	R\$ 119.838,40
04	5383	Fornecimento de peças de reposição, genuínas e originais	1	LOTE		R\$ 900.000,00
TOTAL						R\$ 1.499.631,00

4. DEMAIS CARACTERÍSTICAS E DEFINIÇÕES COMPLEMENTARES DO OBJETO

5.1. Manutenção Preventiva: ocorrerá sempre com intervalos regulares de quilometragens percorridas que acontecerá geralmente a cada 5.000, 10.000, 20.000 e até 60.000 quilômetros, e compreende basicamente na substituição de componentes com vida útil pré-determinada, tais como: óleo, elementos do filtro, correias, velas, bicos injetores, lonas e pastilhas, entre outros.

5.2. Manutenção corretiva: São todos os reparos necessários aos defeitos ocorridos acidentalmente, por exemplo: quebra de componente, desgastes prematuros, uso indevido e colisões, entre outros.

5.3. Pequenos serviços poderão ser executados pela Contratada na área interna da Contratante. Dependendo das necessidades alguns serviços poderão ser executados ainda no local onde se encontre o veículo avariado de forma que possibilite sua remoção até as dependências da contratada para a seqüência dos trabalhos. Caso não seja possível a auto-remoção do veículo ou máquina a contratada deverá providenciar, as suas expensas, o reboque do veículo ou máquina até seu estabelecimento.

5.4. Deverá ser prestado socorro aos veículos, no município, em plantão 24 (vinte e quatro) horas para veículos dos departamentos de saúde e educação, principalmente os que se destinam ao transporte de escolares e de pacientes; com serviço de guincho/reboque, caso seja solicitado pela Contratante e o reparo não possa ser efetuado no local da "pane" do veículo. Atendimentos que por ventura se façam necessários fora do território do Município serão avaliados conforme as distâncias a serem percorridas prevalecendo a coerência e o bom senso entre as partes contratantes.



5.5. Dos serviços passíveis de exclusão da contratação:

3.5.1 Serviços de restauro de motores, bombas injetoras, sistemas hidráulicos e manutenção de parte elétrica poderão ser contratados em licitação específica para tal conforme oportunidade e conveniência para a administração pública.

3.5.2 Serviços que devam ser realizados por detentores de representação da marca fabricante do equipamento por razões de necessidade técnica ou em vigência de período de garantia a qualquer título.

5.6. Do fornecimento de peças, acessórios e demais componentes:

5.6.1. Os componentes considerados como peça ou o conjunto integrante do equipamento e os acessórios deverão ser genuínos e novos, ou seja, sem qualquer utilização anterior, constantes de catálogos emitidos pelo fabricante, devendo preferencialmente ser aplicadas peças genuínas nos equipamentos.

5.6.2. Nos casos em que não for possível o fornecimento de peças genuínas nos equipamentos, devidamente motivado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE, admitir-se-á aplicação de Peças Originais e de OUTRAS PEÇAS.

5.6.3. Para efeitos desta licitação, considera-se:

a) PEÇA GENUÍNA aquelas que foram homologadas, certificadas e garantidas pelo fabricante do veículo.

b) PEÇAS ORIGINAIS aquelas peças novas e de primeiro uso, da mesma marca utilizada pela montadora, porém distribuída pelo próprio fabricante e garantida por este.

c) OUTRAS PEÇAS aquelas que não se enquadrem como genuínas ou originais.

5.6.4. As peças substituídas, mesmo que inaproveitáveis, deverão ser devolvidas à CONTRATANTE juntamente com a embalagem da peça aplicada.

5.7. O ato de recebimento do item licitado, não importa em sua aceitação. A critério do(a) Secretário(a) da Pasta, as peças e/ou serviço serão submetidas à verificação por servidor competente. Cabe ao fornecedor a troca, dentro de 05 (cinco) dias úteis, de itens, que vierem a ser recusados por não se enquadrarem nas especificações estipuladas ou apresentarem defeitos de fabricação ou dano em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação.



6. DO PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS

Caberá ao gestor do Contrato enviar a CONTRATADA uma "SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO", no qual deverá constar:

1. Dados das máquinas ou tratores, tais como descrição, modelo, marca e ano de fabricação;
2. Discriminação dos produtos pretendidos;
3. Discriminação das prováveis peças a serem substituídas;
4. Descrição dos defeitos reclamados;
5. Local e Data;
6. Nome e assinatura do gestor do contrato, número da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS em nome da empresa contratada.

A CONTRATADA deverá responder a "SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO" encaminhada pelo gestor, com a apresentação das demandas do gestor do contrato, com assinatura, data e local em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período apenas uma única vez.

O gestor do contrato deverá analisar a viabilidade econômica entre o custo do serviço e aplicação e/ou utilização da máquina ou trator. Sendo positiva a análise do gestor, uma "SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO" será encaminhada a CONTRATADA pelo gestor do contrato.

7. DA MANUTENÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL

As proponentes interessadas em participar do processo de licitação em objeto, deverão dispor de frota equipada com ferramental essencial, a fim de prestarem serviços de manutenção em caráter emergencial diretamente no local em que a máquina ou trator se encontrar, sendo que o valor relativo ao deslocamento destes veículos estará isento de cobrança para a administração pública.

Quando as máquinas e tratores avariados não permitirem reparos, a CONTRATADA deverá providenciar o serviço de guincho para o transporte dos veículos até seu pátio ou pátio da CONTRATANTE para efetuar a manutenção. Toda essa logística deverá ser por conta da CONTRATADA.

Considerar como área de atendimento todo o município de Coronel Domingos Soares.



8. FISCALIZAÇÃO/ACOMPANHAMENTO

8.1. O(s) objeto(s) deverá(ao) estar em conformidade com as normas vigentes.

5.1.1 Todos os objetos entregues/executados serão recebidos e conferidos pelo fiscal técnico Jorge Brescovites Sobrinho e pelo fiscal geral Glenio José Maito.

8.2. O tempo necessário para a realização dos serviços será uma projeção do serviço, onde cabe ao Fiscal e Gestor o acompanhamento da execução do serviço, onde se o serviço for realizado mais rápido, será pago apenas o tempo gasto. Exemplo: em um orçamento a empresa informa que para determinado serviço leva 10 horas, mas realiza o serviço em 3 horas, serão pagas apenas 3 horas.

9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1. – O pagamento será efetuado até trinta dias após emissão de notas fiscais e após a efetiva execução/entrega do objeto, desde que respeitados os prazos administrativos mediante:

9.1.1. As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail e também no compraspmcds@gmail.com e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando à original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade. Apresentação de nota fiscal com discriminação resumida do objeto idêntica a descrita em edital e contrato, número da licitação, lote e outros que julgar conveniente, desde que não apresente rasuras e/ou entrelinhas, sob pena de devolução do documento e por consequência o não pagamento, com o devido aceite de servidor municipal encarregado para tal.

9.1.2. Apresentação das certidões negativas de débitos fiscais perante: FGTS, Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal e Tribunal Superior do Trabalho (débitos trabalhistas), todas anexas a nota fiscal, sob pena de suspensão do pagamento dos haveres até a apresentação dos aludidos documentos.



9.1.3. O Município não será responsável pela consulta e/ou impressão das certidões de regularidade junto aos sites/órgãos citados neste tópico.

9.2. – Os pagamentos serão feitos exclusivamente via depósito on-line sendo que para tanto deverá ser informado pela contratada os dados bancários pertinentes em nome da empresa contratada, antes da celebração de contrato.

9.3. – As despesas decorrentes das contratações deste certame ficam a critério da contabilidade.

10. LOCAL DE EXECUÇÃO, PRAZOS, GARANTIAS

10.1. Local de execução: os serviços e o fornecimento estimado de peças, após a contratação, deverão ser prestados em local adequado estabelecido no máximo 120 km do quadro urbano de Cel. Domingos Soares - PR.

10.1.1. A definição das distâncias para prestação dos serviços descritos no objeto se deve a adequação necessária à realidade do Município. Impera o cuidado para com os custos que demandam os serviços, pois se um serviço de pequena monta vier a ser realizado por proponente muito distante do quadro urbano tornará o custo de remoção do equipamento mais caro que o próprio serviço assim como o próprio tempo de sua execução visto que o deslocamento de equipamentos demanda um lapso para tal. Desta forma o objeto teve sua necessidade avaliada de forma a adequar as necessidades da municipalidade em face da realidade local e regional, todavia objetivando minimizar os custos que serão suportados pelo erário, sem prejuízo ao fluxo normal de andamento dos trabalhos desenvolvidos pela municipalidade aos seus munícipes, visando atender aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

10.2. A CONTRATADA obedecerá aos seguintes prazos, considerando que o período total de contratação será de 12 (doze) meses.

10.2.1. Para execução dos serviços:

Serviços de manutenção preventiva: 02 (dois) dias úteis;

Serviços de manutenção corretiva: 03 (três) dias úteis;

10.2.2. Para entrega de peças e/ou acessórios:

a) Imediato quando disponível no estoque da CONTRATADA;



b) 24 (vinte e quatro) horas se existente no mercado da região sudoeste do Paraná;

c) No prazo máximo de 7 (sete) dias corridos quando houver necessidade de recorrer ao fabricante.

10.2.3. Os prazos constantes dos subitens anteriores iniciar-se-ão a partir da expedição da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE.

10.2.4. A CONTRATADA deverá atender aos chamados da CONTRATANTE no prazo máximo de 04 (quatro) horas, contado do registro da solicitação dos serviços, quando da ocorrência de panes em componentes dos equipamentos, excetuando-se as revisões de caráter preventivo, que obedecerá à escala de periodicidade a ser definida entre as partes e conforme manual de reparação do equipamento.

10.2.5. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da notificação, orçamento dos serviços solicitados.

10.2.6. A CONTRATADA deverá, após a manutenção, encaminhar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, relatório com todas as falhas do equipamento, no qual serão anotados os dados relevantes, discriminando todos os itens revisados, consertados e substituídos.

10.2.7. O relatório de que trata o subitem anterior deverá incluir a motivação dos diagnósticos técnicos iniciais dos defeitos do equipamento, e ainda, os demais ou possíveis problemas que ocasionaram tais defeitos.

10.2.8. Havendo necessidade de prorrogação dos prazos previstos, o pedido deverá ser encaminhado à CONTRATANTE para análise e deliberação.

10.2.9. Fica estipulado prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para a CONTRATADA entregar a máquina em perfeitas condições à CONTRATANTE, podendo este prazo ser prorrogado por igual período apenas uma única vez desde que haja justificativa técnica/operacional por parte DA CONTRATADA e aval do Gestor do Contrato.

10.2.10 Não sendo possível a realização da manutenção das máquinas e equipamentos pesados no local em que quebraram ou no pátio de máquinas da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, as empresas que possuírem oficina fora do Município de Coronel Domingos Soares, deverão arcar com o deslocamento das máquinas e veículos pesados, devendo os mesmos ser transportados por guincho até o local da manutenção.



10.3. A CONTRATADA oferecerá os seguintes prazos de garantia:

a) Para os serviços de manutenção preventiva ou corretiva: 6 (seis) meses a contar do recebimento definitivo do equipamento;

b) Para o fornecimento de peças ou acessórios: 90 (noventa) dias ou a garantia do fabricante, caso esta seja maior.

10.3.1 No ato da entrega do equipamento, a empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documento próprio ou anotação na nota fiscal.

10.3.2. Ocorrendo defeito ou imperfeição durante o período de garantia, a CONTRATADA será comunicada e deverá, após o recebimento do equipamento, providenciar o devido reparo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.3.3. Para os componentes de vida útil pré-determinada, aqueles substituídos em caráter revisional periodicamente, caso ocorra imperfeição ou defeitos durante o período de garantia, será observada as horas executadas do equipamento do ato da troca até o ato da ocorrência e comparado com o determinante no manual de manutenção do equipamento.

10.3.4. Na situação prevista no subitem anterior, constatado o defeito de fabricação da peça ou acessório, ou outro motivo não justificado, caberá à CONTRATADA corrigir o defeito identificado, salvo na hipótese de desgaste natural da peça ou do acessório pelas horas executadas.

10.4 Da fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratual:

10.4.1. Fica desde já designado o setor municipal de frotas para o acompanhamento e fiscalização do objeto contratual em todas as suas fases, devendo este, a cada serviço executado solicitar a outras empresas três orçamentos e enviar junto com o orçamento da proponente ao setor de compras.

10.4.2. Fica, desde logo, terminantemente proibida à execução de quaisquer serviços de manutenção e/ou fornecimento de peças sem a prévia autorização e/ou emissão de empenho da administração municipal, assim como não será recepcionada nota fiscal do contratado sem que a mesma se faça acompanhar destes documentos, sob pena de não empenho das mesmas e o conseqüente não adimplemento dos supostos haveres do contratado.



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ**

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP 85557000

010

10.4.3. Para que não se alegue ignorância durante a execução contratual, o contratado deverá sempre emitir suas notas fiscais constando o valor original sendo que o percentual de desconto ofertado será deduzido deste apurando-se, assim, o valor líquido a ser pago.

Coronel Domingos Soares (PR), 13 de dezembro de 2021.

Jorge Brescovites Sobrinho
Fiscal técnico do Departamento de Infraestrutura e Engenharia

Wilson Tigre
Diretor do departamento de Infraestrutura e Engenharia

Glenio José Maito
Fiscal Geral
Portaria 0161/2021



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

011

COTAÇÃO DE PREÇOS – 2021

Solicitamos a gentileza de cotar os objetos abaixo de acordo com o que institui a Lei Federal 8.666/93, Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de mecânica pesadas e implementos/maquinas agrícolas, fornecimento de Mão de obra para prestação de serviço de solda em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas, fornecimento de mão de obra prestação de serviços de torno em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas, fornecimento de peças de reposição, genuínas e originais.

Razão Social: *CRUZ da Cruz*
Endereço: *PR 581, km 01 Parque Industrial*
Município/UF: *Mangueirinha - PR*
e-mail: *cruztransporte@prolema.com.br @ Hotmail.com*
CNPJ nº: *28.072.663/0001-30*
Telefone: *46-3943-3039*
Representante legal: *Pedro Alves da Cruz*

Lote:3 – Lote 003

Item	Codigo do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	unidade	Preço Maximo	Preço maximo total
01	5380	Fornecimento de mão de obra para prestação de mecânica pesadas implementos/maquinas agrícola	1.168,00	HORA	<i>218,00</i>	<i>254.624,00</i>
02	5381	Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de solda em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas	422,00	HORA	<i>253,00</i>	<i>106.766,00</i>
03	5382	Fornecimento de mão de obra prestação de serviços de torno em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas	453,00	HORA	<i>262,00</i>	<i>118.686,00</i>
04	5383	Fornecimento de peças de reposição, genuínas e originais.	1,00	LOTE		

R\$ Total:

Carimbo do CNPJ:

28.072.663/0001-30

**CRUZ - TRANSPORTE
ESCOLAR - TIRELI - ME**

Data e Assinatura do representante legal:

30/09/21

ROD PR 281, S/Nº - PQ INDUSTRIAL
85.540-000 - MANGUEIRINHA - PR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
28.072.663/0001-30
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
29/06/2017

NOME EMPRESARIAL
HW DA CRUZ EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

02.10-1-08 - Produção de carvão vegetal - florestas plantadas
02.20-9-02 - Produção de carvão vegetal - florestas nativas
33.14-7-12 - Manutenção e reparação de tratores agrícolas
45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos
45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados
45.12-9-01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores
45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
45.20-0-06 - Serviços de borracharia para veículos automotores
45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores
45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças
46.81-8-03 - Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante
46.83-4-00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO
ROD PR 281

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO

CEP
85.540-000

BAIRRO/DISTRITO
PARQUE INDUSTRIAL

MUNICÍPIO
MANGUEIRINHA

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(46) 3243-3039

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
29/06/2017

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

013

COTAÇÃO DE PREÇOS – 2021

Solicitamos a gentileza de cotar os objetos abaixo de acordo com o que institui a Lei Federal 8.666/93, Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de mecânica pesadas e implementos/máquinas agrícolas, fornecimento de Mão de obra para prestação de serviço de solda em máquinas pesadas e implementos/máquinas agrícolas, fornecimento de mão de obra prestação de serviços de torno em máquinas pesadas e implementos/máquinas agrícolas, fornecimento de peças de reposição, genuínas e originais.

Razão Social:

85.461.895/ 0001-14

Endereço:

Município/UF:

MECÂNICA LIBRELATO

e-mail:

LTDA.

CNPJ nº:

Telefone:

Rod. BR 373 - Flor da Serra

Representante legal:

85560-000 - Coronel Vivida - Paraná

Lote:3 – Lote 003

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	unidade	Preço Máximo	Preço máximo total
01	5380	Fornecimento de mão de obra para prestação de mecânica pesadas implementos/máquinas agrícola	1.168,00	HORA	215,00	251,20
02	5381	Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de solda em máquinas pesadas e implementos/máquinas agrícolas	422,00	HORA	258,00	108,80
03	5382	Fornecimento de mão de obra prestação de serviços de torno em máquinas pesadas e implementos/máquinas agrícolas	453,00	HORA	265,00	120,00
04	5383	Fornecimento de peças de reposição, genuínas e originais.	1,00	LOTE		

R\$ Total:

Carimbo do CNPJ:

85.461.895/ 0001-14

**MECÂNICA LIBRELATO
LTDA.**

Data e Assinatura do representante legal:

MECÂNICA LIBRELATO LTDA.

**Claudio Librelato
Administrador**

30/09/2021

Rod. BR 373 - Flor da Serra

85560-000 - Coronel Vivida - Paraná



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 85.461.895/0001-14 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/07/1992
NOME EMPRESARIAL MECANICA LIBRELATO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MECANICA LIBRELATO		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores 45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores 45.20-0-03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores 45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO ROD BR 373, KM 96	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO *****
CEP 85.550-000	BAIRRO/DISTRITO FLOR DA SERRA	MUNICÍPIO CORONEL VIVIDA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF PR
TELEFONE (46) 3232-8702/ (46) 9973-6866		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/08/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 10/11/2021 às 08:50:18 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

015

COTAÇÃO DE PREÇOS – 2021

Solicitamos a gentileza de cotar os objetos abaixo de acordo com o que institui a Lei Federal 8.666/93, Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de mecânica pesadas e implementos/maquinas agrícolas, fornecimento de Mão de obra para prestação de serviço de solda em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas, fornecimento de mão de obra prestação de serviços de torno em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas, fornecimento de peças de reposição, genuínas e originais.

Razão Social: *Matheus Augusto Mason M.E*

Endereço: *Rua José Salvador*

Município/UF: *Coronel Domingos Soares 3297-*

e-mail: *Kroniano Inator Lucas @ Hotmail com.*

CNPJ nº: *15.082.034.0001-46*

Telefone: *46.984.11103*

Representante legal: *Matheus Mason*

Lote:3 – Lote 003

Item	Codigo do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	unidade	Preço Maximo	Preço maximo total
01	5380	Fornecimento de mão de obra para prestação de mecânica pesadas implementos/maquinas agrícola	1.168,00	HORA	<i>71,00</i>	<i>(82.928,00)</i> <i>71.00</i>
02	5381	Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de solda em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas	422,00	HORA	<i>75,00</i>	<i>(31.650,00)</i> <i>75.00</i>
03	5382	Fornecimento de mão de obra prestação de serviços de torno em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas	453,00	HORA	<i>81,00</i>	<i>(36.693,00)</i> <i>81.00</i>
04	5383	Fornecimento de peças de reposição, genuínas e originais.	1,00	LOTE		

R\$ Total:

Carimbo do CNPJ:

Matheus Augusto Mason ME
CNPJ 15.082.034/0001-40

Data e Assinatura do representante legal:

14 de outubro 2021



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.082.034/0001-40 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/02/2012
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL MATHEUS AUGUSTO MASON

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) A M AUTO CENTER	PORTE ME
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores 45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores 45.20-0-03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores 33.14-7-02 - Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas 33.14-7-11 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária 33.14-7-17 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores 33.14-7-16 - Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas 25.39-0-01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda 33.14-7-12 - Manutenção e reparação de tratores agrícolas 29.50-6-00 - Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores 45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)
--

LOGRADOURO R JOSE SALVADOR, ESQUINA COM RUA LAURO ESCHEMBACK	NÚMERO 3247	COMPLEMENTO *****
--	----------------	----------------------

CEP 85.557-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CORONEL DOMINGOS SOARES	UF PR
-------------------	---------------------------	--------------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (46) 3263-1160
---------------------	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/02/2012
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 10/11/2021 às 08:51:55 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

017

COTAÇÃO DE PREÇOS - 2021

Solicitamos a gentileza de cotar os objetos abaixo de acordo com o que institui a Lei Federal 8.666/93, Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de mecânica pesadas e implementos/maquinas agrícolas, fornecimento de Mão de obra para prestação de serviço de solda em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas, fornecimento de mão de obra prestação de serviços de torno em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas, fornecimento de peças de reposição, genuínas e originais.

Razão Social: J MARTINELLI EIRELI

Endereço: RUA DAS PALMEIRAS, S/N - BAIRRO CRISTO REI

Município/UF: CHOPINZINHO - PR

e-mail: LICITACOESMARTINELLI@OUTLOOK.COM

CNPJ nº: 01.400.519/0001-20

Telefone: 46 3242-1237

Representante legal:

Lote:3 - Lote 003

Item	Codigo do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	unidade	Preço Maximo	Preço maximo total
01	5380	Fornecimento de mão de obra para prestação de mecânica pesadas implementos/maquinas agrícola	1.168,00	HORA	189,00	220.752,00
02	5381	Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de solda em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas	422,00	HORA	230,00	97.060,00
03	5382	Fornecimento de mão de obra prestação de serviços de torno em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas	453,00	HORA	250,00	113.250,00
04	5383	Fornecimento de peças de reposição, genuínas e originais.	1,00	LOTE		

R\$ Total:

Carimbo do CNPJ:

01.400.519/0001-20

J. MARTINELLI EIRELI - EPP
Rua das Palmeiras, s/n - B. Cristo Rei
85560-000 Chopinzinho - PR

Data e Assinatura do representante legal:

CHOPINZINHO - PR / 29/09/2021

[Assinatura]



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

018

COTAÇÃO DE PREÇOS – 2021

Solicitamos a gentileza de cotar os objetos abaixo de acordo com o que institui a Lei Federal 8.666/93, Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de mecânica pesadas e implementos/maquinas agrícolas, fornecimento de Mão de obra para prestação de serviço de solda em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas, fornecimento de mão de obra prestação de serviços de torno em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas, fornecimento de peças de reposição, genuínas e originais.

Razão Social: TRACSERV TRATORES E PEÇAS LTDA

Endereço: RUA DOS CAIGANGUES 31

Município/UF: PALMAS / PR

e-mail: TRACSERV.TRATORES@GMAIL.COM

CNPJ nº: 22.901.491/0001-84

Telefone: 46 32631496

Representante legal: JOÃO LUZA

Lote:3 – Lote 003

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	HORA	R\$.UNIDADE	Preço maximo total
01	5380	Fornecimento de mão de obra para prestação de mecânica pesadas implementos/maquinas agrícola	HORA	90,00	90,00 (105.720,00)
02	5381	Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de solda em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas	HORA	130,00	130,00 (54.860,00)
03	5382	Fornecimento de mão de obra prestação de serviços de torno em maquinas pesadas e implementos/maquinas agrícolas	HORA	110,00	110,00 (49.830,00)

R\$ Total:

Carimbo do CNPJ:

22.901.491/0001-84

TRACSERV TRATORES E
PEÇAS LTDA - ME

Rua Caigangues, 31 - Sala 01
Frente - Serrinha

85555-000

Palmas

Paraná

Data e Assinatura do
representante legal:

TRACSERV TRATORES E PEÇAS LTDA - ME



PARECER PRÉVIO 95/2021

Origem: Departamento de Controle Interno

Destinatário: Departamento de Infraestrutura e engenharia.

Assunto: Termo de referência que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de peças de mecânica e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas e implementos agrícolas que compõem a frota municipal.

Venho por meio deste, informar a este setor, que para fins de averiguação e controle foi analisado a justificativa e orçamentos e em consulta de CNPJ foi constatado que as empresas estão ATIVAS e as atividades estão de acordo com o objeto a ser licitado. Desta feita retomem-se aos autos a esse departamento e siga para as demais tramitações.

Ademais, qualquer dúvida nos encontramos à disposição.

Coronel Domingos Soares-PR, 17 de dezembro de 2021.

Atenciosamente

Dirlei de Lima
Controle Interno

Dirlei de Lima
Controle Interno
Portaria nº 224/2019



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

020

PARECER CONTABIL

Os tramites legais deste processo obedecerão ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme os itens abaixo, respeitados os limitadores constantes do orçamento aprovado para 2022.

Informamos a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes das contratações de empresa para prestação de serviços e fornecimento de peças para manutenção de máquinas e implementos agrícolas que compõem a frota municipal, são os seguintes:

Dotações:

08 – Departamento de Infraestrutura e Engenharia

001 – Departamento de Infraestrutura e Engenharia

15.451.0010.2054 – Manutenção das Atividades do Departamento de Infraestrutura e Engenharia

Conta de despesa - 4440– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 4450– fonte de recurso 504

Conta de despesa - 4480– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 4490– fonte de recurso 504

26.782.0010.1018 – Readequação de Estradas Rurais

Conta de despesa - 4680– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 4690– fonte de recurso 504

Conta de despesa - 4700– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 4710– fonte de recurso 504

003 – Assessoria de Infraestrutura

15.451.0010.2056 – Atividades de Assessoria de Infraestrutura

Conta de despesa - 4880– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 4890– fonte de recurso 504

Conta de despesa - 4900– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 4910– fonte de recurso 504

004 – Divisão de obras e urbanismo

15.451.0010.2057 – Manutenção das Atividades da Divisão de obras e urbanismo

Conta de despesa - 4980– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 4990– fonte de recurso 504

Conta de despesa - 5010– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 5020– fonte de recurso 504



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

022

006 – Divisão de Epidemiologia Animal

20.608.0011.2074 – Manutenção das Atividades da Divisão de Epidemiologia Animal

Conta de despesa - 6090– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 6100– fonte de recurso 000

33.90.30.00.00 – Material de consumo

33.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Coronel Domingos Soares, 11 de janeiro de 2021.

Daniele P. Bringhenti
Contadora CRC PR-047272/O-2



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

021

008 – Divisão de serviços rodoviários, urbanos e rurais

15.452.0010.2062 – Manutenção das Atividades da Divisão de serviços rodoviários, urbanos e rurais

Conta de despesa - 5250– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 5260– fonte de recurso 504

Conta de despesa - 5270– fonte de recurso 511

Conta de despesa - 5280– fonte de recurso 512

Conta de despesa - 5290– fonte de recurso 000

10 – Departamento de Agricultura

001 – Departamento de Agricultura

20.606.0011.2068 – Manutenção das Atividades do Departamento de Agricultura

Conta de despesa - 5710– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 5720– fonte de recurso 504

Conta de despesa - 5750– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 5760– fonte de recurso 504

002 – Divisão de Agricultura e Fomento

20.606.0011.2069 – Manutenção das Atividades da Divisão de Agricultura e Fomento

Conta de despesa - 5820– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 5830– fonte de recurso 504

Conta de despesa - 5840– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 5850– fonte de recurso 504

003 – Divisão de Pecuária

20.609.2001.2080 – Manutenção das Atividades da Divisão de Pecuária

Conta de despesa - 5900– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 5910– fonte de recurso 000

004 – Divisão de Coordenação de Associações Rurais

20.608.0011.2071 – Manutenção das Atividades da Divisão de Coordenação de Associações Rurais

Conta de despesa - 5960– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 5970– fonte de recurso 504

Conta de despesa - 5980– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 5990– fonte de recurso 504

005 – Divisão de Agricultura Familiar

20.606.0011.2073 – Manutenção das Atividades da Divisão de Agricultura Familiar

Conta de despesa - 6040 fonte de recurso 000

Conta de despesa - 6050– fonte de recurso 000



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

023

PROCESSO N.º 001/2022 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2022

O Município de Cel. Domingos Soares, Estado do Paraná, sito a Av. Araucária, 3120, através da Pregoeira designada pela Portaria n.º 59/2021, e ainda de conformidade com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 suas posteriores alterações e a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão** na sua forma **Presencial**, tipo **maior índice de desconto por lote** sobre os orçamentos, para o objeto de **Contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de peças de mecânica para manutenção das máquinas pesadas e implementos agrícolas que compõem a frota municipal**, observadas as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência e no conteúdo geral deste Edital.

Agenda de eventos:

- Protocolo de envelopes até as 09:00 horas (horário local) do dia **26/01/2022** no setor de protocolo geral, no Centro Administrativo Adão Reis.
- Abertura dos envelopes e etapa de lances a partir das **09:00 horas** (horário local) do dia **26/01/2022** no setor de licitações do Centro Administrativo Adão Reis.
- Os eventos agendados ocorrerão sempre no Centro Administrativo Adão Reis, sito a Av. Araucária, 3120, sala dos setor de licitações/compras, sendo que o protocolo geral tem funcionamento no mesmo prédio.

1 – DO OBJETO

1.1– O presente pregão tem por **Contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de peças de mecânica para manutenção das máquinas pesadas e implementos agrícolas que compõem a frota municipal**, de acordo com a descrição do Anexo I deste Edital.

1.2 - O presente edital bem como seus anexos, não serão enviados por e-mail, devendo o proponente interessado dirigir-se até o Centro Administrativo Adão Reis, setor de compras/licitações e efetuar a retirada do mesmo, a partir de sua publicação, das 09h00m as 12h00m e das 13h30m as 17h00m ou, ainda, consultá-lo diretamente no endereço eletrônico <http://www.pmc.ds.pr.gov.br/>, portal de transparência do Município.

1.3 – Caso o licitante deseje a emissão de cópia do processo em papel A4 serão cobrados os respectivos custos, razão de R\$ 0,20(vinte centavos) por página, caso o interessado deseje efetuar cópia em algum tipo de mídia digital(pen drive) o material deverá ser fornecido pelo proponente.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do presente processo empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, devidamente autorizados/credenciados pelos órgãos competentes e que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, considerando que o presente certame é de “**ampla participação**”.

2.2 - É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) pessoa física;
- b) empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- c) empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
- d) empresa que estiver sob concurso de credores, dissolução, liquidação, processo de falência ou recuperação judicial;
- e) empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou que tenha sido punida com suspensão do direito de licitar e contratar com o Município;
- f) que estejam em situação irregular perante a Fazenda Pública, em qualquer esfera da Administração;
- g) mantenham, direta ou indiretamente, sociedade ou participação com servidor ou dirigente ligado ao governo municipal.
- h) tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos,



efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. Conforme Observância ao Disposto do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal.

i) representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante.

j) entidades empresariais controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

2.4. Toda a comunicação entre o Município e as empresas eventualmente interessadas na licitação será realizada através do portal de transparência do Município, através das publicações oficiais junto ao DIOEMS (Diário Oficial Eletrônico dos Municípios: <https://www.dioems.com.br/>), podendo, ainda, ser utilizado o protocolo oficial da administração municipal para o registro dos pleitos dos interessados, salvo quando este edital dispuser de forma diversa e específica para cada caso em particular.

3 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 Aberta a fase para CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do Pregão, o representante da proponente entregará ao Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio os documentos abaixo listados que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade:

3.1.1 Carteira de Identidade ou CTPS ou CNH, para identificação pessoal do representante do proponente.

3.1.2 Instrumento público/particular de procuração ou ato constitutivo da proponente.

3.1.2.1 Caso seja feita a apresentação de instrumento de procuração, a mesma deverá contemplar poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas / fases do Pregão, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

3.1.2.1 Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular (conforme modelo anexo ao edital), a mesma deverá vir acompanhada do Ato Constitutivo da proponente ou de outro documento equivalente, onde seja possível verificar a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário. Em sendo adotada a via de instrumento particular o mesmo deverá contar com o reconhecimento de firma em cartório do outorgante.

3.1.3 Comprovação da condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE/ MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, a qual será recebida exclusivamente nesta oportunidade, através da apresentação do seguinte documento, conforme o caso de enquadramento:

a. "Certidão Simplificada" de micro empresa ou empresa de pequeno porte atualizada, expedida pela Junta Comercial do Estado da sede da licitante, em até 60 dias que antecedem a data de abertura do certame; ou,

b. "Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual" extraído do *site* da Receita Federal.

3.1.3.1 A não comprovação, nesta fase, da condição de ME/EPP/MEI causará ao proponente os seguintes impedimentos, conforme o caso:

a. Invocar para si os benefícios que a legislação prevê para empresas sob este regime.

b. Participar das demais fases do certame, quando a licitação for exclusiva para ME/EPP/MEI, impossibilitando, em consequência, o aproveitamento dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", os quais ficarão, após rubricados pelos interessados, arquivados por trinta dias na repartição e, ao final deste prazo, caso não retirados, destruídos sem maiores formalidades.

c. Participar do(s) objeto(s) destinados a ME/EPP/MEI quando a licitação for parcialmente exclusiva para empresas constituídas neste formato/condição.



3.1.4. Declaração de cumprimento de requisitos de habilitação e de inexistência de fatos impeditivos.

3.1.4.1 A ausência desta declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigido prevista inviabilizará a participação da proponente neste processo, impossibilitando, em consequência, o aproveitamento dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", os quais ficarão, após rubricados pelos interessados, arquivados por trinta dias na repartição e, ao final deste prazo, caso não retirados, destruídos sem maiores formalidades. Esta declaração dá cumprimento ao previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002.

3.2 É admitido somente um representante por proponente, sob pena da incidência das vedações constantes do item 2.2.

3.3 A ausência da documentação referida nos itens 3.1.1 e 3.1.2 ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas neste edital impossibilitará a participação da proponente neste certame, exclusivamente no tocante à formulação de lances orais e demais atos relacionados, inclusive interpelações e solicitações de prazos recursais.

3.4 Para que os licitantes não aleguem ignorância os documentos de credenciamento devem ser entregues em mãos, no início dos trabalhos e fora de qualquer envelope, sendo de inteira responsabilidade dos licitantes as ações necessárias para tal, que vão desde a busca pelos locais, horários e servidores públicos que dizem respeito ao certame até a apresentação correta dos documentos exigidos bem como a forma que devem ser acostados ao processo.

4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A proposta deverá ser apresentada em uma via, e em envelope opaco, fechado por cola ou lacre, contendo no anverso os seguintes dizeres:

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: _____

CNPJ/MF: _____

ENVELOPE 1 - PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2022

4.2. Ser impressa por processo eletrônico em papel com identificação da empresa, em uma via, escrita em língua portuguesa, sem borrões, emendas, rasuras ou entrelinhas não ressalvadas, datada, rubricada e assinada na última de suas folhas pelo representante legal da proponente, podendo ser tomado por base o modelo anexo ao edital.

4.3. Conter a razão social, endereço, CEP, telefone, e-mail(se tiver), CNPJ da licitante e o número deste Edital.

4.4. Consignar preço unitário do item e o totalizador de cada item/lote, em moeda corrente nacional, escrito em algarismo. Em caso de divergência entre algum valor proposto será considerado o de menor importe, ou seja, o mais vantajoso para a administração. Serão consideradas somente duas casas após a vírgula, para efeito de classificação da proposta.

4.5. Os preços cotados deverão ser líquidos, devendo estar neles incluídas todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, embalagens e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita entrega/execução do objeto desta licitação, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

4.6. Não serão admitidos aos licitantes executarem cancelamentos, retificações de valores ou alterações nas condições estipuladas, uma vez abertos os envelopes de propostas. Será desclassificado do certame o proponente que apresentar mais de uma proposta de valores para o mesmo objeto acondicionada no envelope "Proposta de Preços".

4.7. Não serão consideradas vantagens não previstas neste Edital, nem valores ou vantagens baseadas em ofertas das demais licitantes, valores unitários simbólicos, de cotação zero ou irrisórios que notadamente inviabilizarão a execução do objeto.

4.8. Será desclassificada a proposta em desacordo com os demais termos deste Edital ou que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente.

4.9. Declarar prazo de validade mínimo da proposta de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de entrega dos envelopes. As propostas que omitirem o prazo de validade serão consideradas como sendo válidas por 60 (sessenta) dias corridos.



4.10. A proposta poderá, facultativamente, conter o nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente da pessoa jurídica proponente. Para fins de eventual contratação a informação destes dados passará a ser obrigatória.

4.11. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5 – DA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO

5.1 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em envelope opaco, fechado por cola ou lacre, contendo, no anverso, os seguintes dizeres:

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: _____

CNPJ/MF: _____

ENVELOPE 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2022

5.2. Para habilitação no certame a licitante deverá apresentar:

a) ato constitutivo do proponente (dispensado se já apresentado junto aos documentos de credenciamento).

a.1) A ser comprovado através de Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual ou, Contrato Social e sua última alteração, ou Certidão atualizada da Junta Comercial, para as sociedades comerciais ou, Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou do Cartório de Títulos e Documentos para as sociedades civis e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de prova da eleição da diretoria em exercício ou, se for o caso, decreto de autorização para funcionamento no país, no caso de empresas estrangeiras ou, certificado da condição de microempreendedor individual extraído do site da Receita Federal.

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado (CICAD para o Paraná ou documento equivalente para os demais estados) ou do Município (alvará de licença e localização), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades.

c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

c.1) Do conteúdo do CNPJ das licitantes é que será avaliado se a atividade ali descrita(CNAE) é compatível com o objeto ora licitado.

5.2.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeitos de negativa com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro do prazo de validade;

b) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeitos de negativa com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro do prazo de validade;

c) Certidão conjunta Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro do prazo de validade;

d) Certificado de Regularidade junto ao FGTS, dentro do prazo de validade;

e) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, dentro do prazo de validade.

5.2.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de pedidos de falências, concordatas ou processo de recuperação judicial, passada pelo distribuidor judicial, da sede da empresa, expedida com antecedência máxima de 90 (sessenta) dias da data de apresentação.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, 2020, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 meses da data de apresentação e devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado.

b.1) Serão aceitos o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis da empresa Licitante assim apresentados: publicados no Diário Oficial, ou, publicados em jornal de grande circulação, ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, ou, por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Fechamento.



b.2) As empresas constituídas a partir de 01 de janeiro de 2021 deverão apresentar o balanço de abertura.

5.2.2. Qualificação Técnica (apresentação obrigatória seja o proponente cadastrado ou não)

a) Comprovação de aptidão para desempenho da atividade, através da apresentação de no mínimo um atestado e/ou certidão de capacidade técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o regular fornecimento/execução do objeto que ora se propõem a fornecer/executar para o Município de Cel. Dom. Soares, podendo ser usado o modelo constante ao final deste edital;

a.1) Se o documento for emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá a assinatura deste documento ser reconhecida em cartório, salvo, em caso de ser assinatura de forma digital.

b) Declaração de que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais, geográficas e topográficas para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação devidamente assinada pelo representante legal da proponente, podendo ser usado o modelo constante ao final deste edital;

c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal devidamente assinada pelo representante legal da proponente, podendo ser usado o modelo constante ao final deste edital;

d) Declaração de inexistência de vínculo funcional daqueles que integram a estrutura jurídica do licitante para com a administração pública do Município de Coronel Domingos Soares, podendo ser usado o modelo constante ao final deste edital.

e) Declaração CNAE, identificando qual CNAE representa a atividade de maior receita do proponente, conforme em anexo.

5.3 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada previamente por cartório competente ou por servidor na qualidade de membro da Comissão de Licitação ou publicação em órgão de imprensa oficial. A autenticação de cópias poderá ser dispensada para aqueles documentos que podem ter sua autenticidade verificada nos arquivos da municipalidade ou via on-line no respectivo site da internet ou para aqueles cuja emissão seja da própria municipalidade.

5.4 - Os interessados em fazer cadastro junto a municipalidade ou que deseje apresentar cópias de documentos para este certame deverá trazê-las consigo vez que a Administração não as produzirá.

5.5 - Em hipótese alguma será admitido a apresentação posterior de documento o qual deveria estar, desde o princípio, acondicionado em seu respectivo envelope por ocasião do protocolo. Nenhum documento apresentado poderá ser retificado ou modificado de qualquer forma pelos licitantes após o protocolo dos envelopes.

5.6 - Não será habilitada a proponente que deixar de apresentar qualquer documento exigido ou em desacordo com este edital.

5.7 - Qualquer documento, que estiver incompleto, com rasura e/ou com borrão e/ou com prazo de validade vencido, será considerado nulo e sem validade para esta licitação.

5.8 - Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos e .

5.9 - Se todas as proponentes forem inabilitadas, o(a) pregoeiro(a), a seu exclusivo critério, poderá fixar as proponentes o prazo de até cinco dias úteis para apresentação de documentação que vise suprir suas inabilitações iniciais.

5.10 - Em caso de inabilitação, o(a) pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

5.11 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura Aquisição, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a. Consulta ao portal do TCE/PR quanto aos impedidos de licitar (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

b. CNAE (www.cnae.ibge.gov.br);

c. SICAF;



d. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas –CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

e. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

5.11.1 - A consulta aos cadastros poderá ser realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.11.2 - Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.12. Os licitantes enquadrados na condição conhecida como “MEPs”, poderão invocar os benefícios que entenderem oportunos quanto a fase de habilitação e as consequências dela decorrentes, como já lhes garante a legislação aplicável em especial a Lei Complementar Federal 123, sendo oportuno citar aqui, para que não se alegue desconhecimento/ignorância um dos quesitos aplicáveis que esta Norma apresenta no bojo de seu art. 43:

“Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.” **(grifo nosso)**

6 – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

6.1 Em prazo e horários descritos no preâmbulo deste Edital, os interessados deverão protocolar seus envelopes e demais documentos que assim desejem junto ao setor municipal de protocolo no edifício do Centro Administrativo Adão Reis, sito a Av Araucária, 3120, centro.

6.2 Nas condições previstas neste edital o Pregoeiro receberá do setor municipal de protocolo, os envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, correspondente as propostas e a habilitação exigida das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

6.3. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

7– DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos importes ofertados, levando-se em conta a modalidade adotada no certame.

7.2. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todas as concorrentes.

7.3. Será (ão) classificada (s) e proclamada (s) pelo(a) Pregoeiro(a) a(s) licitante(s) que apresentar(em) a(s) proposta(s) de menor preço e as demais cujas propostas estejam com preços em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço.

7.4. Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) classificará e proclamará as melhores propostas subsequentes, até que haja no máximo 03 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados.



- 7.5. Para as licitantes classificadas conforme estabelecido no subitem 7.3 e 7.4, que estejam devidamente representadas e credenciadas, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de importes distintos e crescentes.
- 7.6. O(A) Pregoeiro(a) convidará individualmente as licitantes classificadas, através de seus representantes devidamente credenciados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de menor desconto e, as demais, em ordem crescente de oferta;
- 7.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas, sendo consignado em ata que o mesmo "declinou" da disputa.
- 7.8. Caso não mais se realize lance verbal, será encerrado a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, quando será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o importe estimado para a contratação.
- 7.8.1. Quando o importe original proposto tiver sido alterado por conta de lance oferecido, a licitante adjudicatária deverá apresentar, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de abertura da sessão do Pregão, nova Proposta de Preços, constando os valores unitários do item licitado de acordo com o valor global da adjudicação, a qual substituirá a proposta primitiva e fará parte integrante do contrato, necessidade que poderá ser dispensada pelo pregoeiro se este assim entender possível.
- 7.9. Serão desclassificadas as propostas que:
- 7.9.1. Não contiverem todos os dados e elementos exigidos para o envelope Proposta de Preços, sejam omissas relativamente a alguma parcela do item ou apresentem irregularidades ou defeitos que impeçam o julgamento objetivo;
- 7.9.2. Que ofertarem descontos manifestamente inexecutáveis ou incompatíveis com os valores de mercado.
- 7.10. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade quanto ao objeto e desconto apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.11. Sendo aceitável a proposta de maior desconto, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.
- 7.12. Caso a licitante apresente seu certificado de cadastro com algum documento já vencido deverá apresentar o novo e em vigor juntamente com aquele, ou seja, com o certificado de cadastro.
- 7.13. Caso a licitante apresente irregularidade no cadastramento, ou apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta, será declarada inabilitada.
- 7.14. Não serão aceitos protocolos nem recibos de pagamento em substituição a quaisquer documentos ou certidões.
- 7.15. Findo o exame da documentação e constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, momento em que o(a) Pregoeiro(a), de maneira clara e incisiva, informará às demais licitantes ter chegado o momento da manifestação de intenção de interpor recurso e a síntese das suas razões.
- 7.16. Não havendo manifestação sobre a intenção de interpor recursos, à licitante vencedora será adjudicado, pelo(a) Pregoeiro(a), o objeto desta licitação.
- 7.17. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto.
- 7.18. O(A) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a licitante para alcance de maior desconto.
- 7.19. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.
- 7.20. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

030

classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos e que ao final, será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.

7.21. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.

7.22. Após a conclusão da sessão do Pregão, os envelopes de habilitação que não forem abertos ficarão à disposição do(a) Pregoeiro(a) durante 30 (trinta) dias, findo os quais poderão ser requisitados pelas empresas participantes, ou do contrário serão inutilizados sem maiores formalidades.

7.23. Após a declaração da vencedora da licitação, não havendo manifestação quanto à intenção de interposição de recurso, o Procedimento será submetido à Administração, para homologação e contratação.

7.24. O resultado do julgamento das propostas será divulgado mediante publicação no Diário Oficial do Município-DIOEMS bem como junto ao portal de transparência do Município.

7.25. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.25.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

7.26. No caso de empate em duas ou mais propostas, proceder-se-á da seguinte forma:

7.26.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.26.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 7.26.1 deste edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos itens 7.25 e 7.25.1 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.26.3. No caso de equivalência dos importes apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.25.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos itens 7.25 e 7.26 e seus subitens, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.28. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.29. O disposto item 7.26 e seus subitens somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio em ato público, com a participação de todas as licitantes, conforme dispõe o Art. 45, § 2º da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8883/94.

8 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

8.1. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente edital, por irregularidade comprovada, protocolizando o pedido até dois dias antes da data fixada para recebimento das propostas, no endereço discriminado preâmbulo deste edital.

8.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.3. Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, que demande alteração editalícia que possa influenciar efetivamente na disputa, será designada nova data para a realização do certame.

8.4. Não será tomado conhecimento de impugnações enviadas de outra forma diversa de protocolo dos originais junto ao setor competente para tal desta municipalidade.

8.5. A impugnações deverão estar assinadas pelo representante legal da impugnante com o devido reconhecimento em cartório, caso seja feito através de procurador ou representante deverá se fazer acompanhar de documento que lhe outorgue poderes para tal.



8.6. Excepcionalmente poderá a Pregoeira autorizar o envio das razões de impugnação ou pedidos de esclarecimentos através de e-mail próprio do setor de licitações.

9 – DA CONTRATAÇÃO

9.1. O Departamento de Administração convocará a licitante vencedora para assinar o eventual Contrato, que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

9.2. O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito por esta Administração.

9.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do Contrato.

9.4. Se a vencedora da licitação não fizer a comprovação referida no item anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

9.5. Dentro do prazo de convocação para contratação, a empresa vencedora do objeto deverá apresentar junto à administração municipal certidão de regularidade ambiental, emitida por órgão ambiental estadual, devidamente válida ou emitida em data não superior a 60 dias da apresentação perante esta municipalidade, pertinente ao endereço indicado em seus documentos como sendo o local de execução do objeto. O não suprimento desta condição impossibilita a contratação.

9.5.1. A presente exigência visa assegurar que a atividade desenvolvida pelo contratado, que engloba o objeto licitado, atende as previsões de proteção ambiental face a correta destinação dos resíduos poluidores dos serviços mecânicos realizados.

10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A despesa será custeada, até 31/12/2022 com os recursos consignados aos departamentos da administração municipal, no orçamento para o exercício em curso, na descrição constante do Anexo I.

11 – DA ALTERAÇÃO E REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, se cabível ao objeto desta licitação, consoante §1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

11.2. Outros acréscimos ou supressões poderão exceder os limites estabelecidos no item anterior desde que permitidos pela Lei 8.666/93 e de comum acordo entre as partes contratantes.

12 – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

O consequente Contrato, que se originará deste certame, terá prazo de execução/entrega e de vigência descrita no Anexo II - Minuta de Contrato, cujos prazos podem ser prorrogados desde que obedecidas às mesmas condições estipuladas no instrumento contratual, na forma da Lei 8.666/93.

13 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, no que lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação do inteiro teor das razões do recurso, na qual poderá juntar os memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões/impugnações em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.2.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.



13.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Se não reconsiderar sua decisão o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à autoridade superior, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

13.6. Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão ser apresentados, para registro, na Seção de Protocolo no Edifício sede desta municipalidade, no endereço descrito no preâmbulo deste edital em horário normal de expediente.

13.7. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

13.8. As manifestações que por ventura os participantes do certame desejem fazer constar em ata deverão ater-se aos eventos ocorridos durante a seção, todavia de forma sucinta e motivada, sendo que caso o pregoeiro identifique que tais medidas sejam puramente de caráter protelatório poderá indeferir de imediato a abertura de prazo recursal, fundamentando suas razões. Comentários e manifestações alheias a esta condição deverão ser formalizados pelas demais vias administrativas e legais. Não serão aceitos e reconhecidos documentos recursais enviados via e-mail, salvo se expressamente autorizado pela Pregoeira.

13.9. O exercício da fase recursal, quanto a etapa de disputa, diz respeito aos eventos ocorridos nesta fase, não incidindo debates sobre disposições editalícias que deveriam ter sido apontadas em sede de impugnação do instrumento de convocação.

13.10. Em respeito ao princípio da autotutela, a administração poderá sempre rever seus atos em qualquer fase do certame com vistas a corrigir/superar defeitos, vícios, incorreções ou ilegalidades, usando, inclusive, das disposições constantes do art. 49 da Lei 8.666/93, quando cabível.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Em existindo recurso(s), após a decisão do(s) mesmo(s) e constatação da regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento.

14.2. Inexistindo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto à licitante vencedora, cabendo à autoridade competente a homologação do certame.

14.3. Após a homologação, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato nos moldes e prazos já descritos neste edital.

15 – DA GARANTIA DO CONTRATO

As garantias, se exigíveis para este certame e contrato, serão tipificadas na minuta de contrato em anexo a este Processo.

16 – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO e REAJUSTES

16.1. Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

16.1.1. Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro, deverão ser encaminhados pela empresa solicitante através de um ofício, devidamente justificado, juntamente com a comprovação fiscal, bem como registrar seu pedido no protocolo geral da administração, prédio da prefeitura.

16.1.2. O prazo para que a administração municipal manifeste-se sobre o pedido dar-se-á em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de protocolo.

16.1.3. Desde o protocolo até a definição do pedido pela administração municipal, o contratado deverá continuar fornecendo o objeto nos seus termos originais, bem como emitindo as respectivas notas fiscais com o valor vigente, sem prejuízos a administração, nenhuma alteração de valores será admitida antes da data de publicação do respectivo termo aditivo na imprensa oficial eletrônica do Município.

16.2. Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, mediante solicitação do contratado que expressem suas razões e fundamentos, passando a incidir, quando deferido, sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Para aplicação de reajustes de valor tomar-se-á como referência os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias atualizações. Os pedidos injustificados ou insubsistentes poderão ser indeferidos pela administração com a necessária fundamentação.



16.2.1. No presente contrato somente será possível a aplicação de eventuais reequilíbrios financeiros e/ou reajustes de valor sobre os importes contratuais alusivos a mão de obra.

17 – DAS PENALIDADES FACE O PROCESSO

17.1 ADVERTÊNCIA: Aperfeiçoado via aviso por escrito, emitido quando a Licitante descumprir qualquer obrigação durante a fase processual até a fase de adjudicação, e será expedido pelo setor responsável pelas licitações do Órgão, sendo emitida por documento oficial da CONTRATANTE e Registrada no Tribunal de Contas Estadual, especialmente nos seguintes casos:

- a. Quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
- b. Quando a licitante ofertar preço visivelmente inexecutável ou incompatíveis com os valores de mercado na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;
- c. Quando a licitante não honrar com o importe ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;
- d. Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;
- e. Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

17.1.1. Todas as hipóteses tratadas no subitem 17.1 serão válidas quando a licitante descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial.

17.2 SUSPENSÃO: É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante no Sistema de Cadastramento de Fornecedores, e poderá ser aplicada caso a pena de advertência não se apresente suficiente para resolução da celeuma.

17.2.1 A suspensão poderá ser aplicada por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva; ou,

17.2.2 Poderá ser aplicada a suspensão, ainda, por até 5 (cinco) anos, quando a Contratada:

- a. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou adotar conduta protelatória para postergar o aperfeiçoamento do certame;
- c. Não honrar os lances ofertados, após finalização da sessão de disputa, frustrando consequente adjudicação e/ou contratação.

18 - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

18.1. A autoridade competente para a aprovação deste procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.2. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, assim como a anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

18.3. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência do aperfeiçoamento do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado já no cumprimento do contrato.

19 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Qualquer modificação deste Edital será divulgada pelo mesmo meio de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando a alteração efetivamente não afetar a disputa.

19.2. É facultada a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, fixando prazo para atendimento, vedado a inclusão posterior de documentos ou informação que deveriam constar originalmente da proposta ou habilitação.



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

034

19.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na administração municipal.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

19.5. Fica eleito o foro da Comarca de Palmas, Estado do Paraná, para dirimir qualquer controvérsia judicial decorrente da presente licitação sendo este também o foro de eleição para suprimimento contratual.

19.6. Esclarecimentos relativos à presente licitação somente serão prestados quando requeridos formalmente à Pregoeira, à Av Araucária, nº 3120, CEP 85557000, decorrendo daí os tramites legais. Informações prestadas por elementos entidade autora do certame somente terão algum fundamento para os proponentes se houverem sido feitos de forma oficial e por escrito, exclusivamente através da Pregoeira.

19.7. Fazem parte integrante deste Edital, para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição o Anexo I – Termo de Referência e o Anexo II - Minuta de Contrato.

19.8. Os demais modelos anexos ao edital tem o propósito facilitador, porém sua eventual ausência neste edital não se traduz em falta de obrigatoriedade de apresentação dos mesmos, cabendo aos proponentes a responsabilidade de elaboração e apresentação.

Coronel Domingos Soares-PR, 12/01/2022.

Liomar Antônio Brighenti
Prefeito em Exercício



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

035

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

1.1. O presente anexo apresenta as demais características que dizem respeito ao objeto a exemplo de: especificação, quantidade, local e prazo para entrega, condições de recebimento, valor máximo estimado e demais atributos.

1.2. O presente certame busca atender demanda do setor responsável pela manutenção de máquinas pesadas e implementos agrícolas da municipalidade segundo características e apontamentos elencados no Termo de Referência anexo ao Processo, onde justifica a necessidade para manutenção dos equipamento em condições de pronto emprego nas atividades rotineiras do setor face as obras de infraestrutura desenvolvidas em todo o território deste ente federado a exemplo de abertura, reabertura e readequação de vias não pavimentadas, refazimento e/ou instalação de bueiros e galeria, pontes e pontilhões, cascalhamento de estradas, serviços de terraplenagem variados na área urbana e rural, além da execução dos serviços voltados para o pequeno produtor rural no caso do setor municipal de agricultura, como fomento a atividade agropecuária.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTIDADES E VALOR MÁXIMO

O objeto desta licitação é a colheita da oferta mais vantajosa para Contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de peças de mecânica para manutenção das máquinas pesadas e implementos agrícolas que compõem a frota municipal para fornecimento/execução de forma fracionada durante o período contratual observadas as características e demais condições definidas neste anexo e no edital como um todo.

2.1. As quantidades foram estimadas pelo setor requisitante da licitação com base no consumo médio para um período futuro de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por conveniência das partes contratuais.

2.2. Descrição detalhada do objeto, suas quantidades e valores fixos estimados de contratação:

Lote: 1 - Lote 001

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	5380	Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de mecânica pesadas e implementos agrícolas	2.298,00	HORA	156,60	359.866,80
2	5381	Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de solda em máquinas pesadas e implementos agrícolas	634,00	HORA	189,20	119.952,80
3	5382	Fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de torno em máquinas pesadas e implementos agrícolas	619,00	HORA	193,60	119.838,40
4	5383	Fornecimento de peças de reposição, genuínas e originais em máquinas pesadas e implementos agrícolas	1,00	LOTE	900.000,00	900.000,00
TOTAL						1.499.658,00

3. DEMAIS CRITÉRIOS PARA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO:

3.1. Para fins de efetivação de contrato, a licitante vencedora do certame deverá contar com uma estrutura para prestação dos serviços de mecânica de máquinas pesadas e



equipamentos/máquinas agrícolas, na seguinte configuração mínima: a proponente que tiver o objeto para si adjudicado, para efetivar sua contratação, deverá prover uma estrutura mínima que deverá contar com um barracão fechado com uma metragem mínima de 150(cento e cinquenta) metros quadrados de área coberta e com um piso revestido no mínimo em concreto, com no mínimo uma rampa de solo, equipamento para troca de óleo, uma prensa hidráulica, equipamentos para teste de baterias, equipamentos para teste de alternador, equipamento de partida auxiliar, voltímetro, compressor de ar para uso geral, aparelho de solda mig e elétrico, além de ferramental diverso para mecânica de linha de máquinas rodoviárias.

3.1.1. A administração municipal, através de preposto designado, fará a aferição da existência dos requisitos constantes neste item cuja certificação é requisito obrigatório para formalização do Termo de Contrato.

3.2. Dentro do prazo de convocação para contratação, a empresa vencedora do objeto deverá apresentar junto à administração municipal certidão de regularidade ambiental, emitida por órgão ambiental estadual, devidamente válida ou emitida em data não superior a 60 dias da apresentação perante esta municipalidade, pertinente ao endereço indicado em seus documentos como sendo o local de execução do objeto. O não suprimento desta condição impossibilita a contratação.

3.2.1. A presente exigência visa assegurar que a atividade desenvolvida pelo contratado, que engloba o objeto licitado, atende as previsões de proteção ambiental face a correta destinação dos resíduos poluidores dos serviços mecânicos realizados.

3.3. Descrição pormenorizada dos serviços de oficina em geral: Serviços técnicos e especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos incluindo o fornecimento de peças e mão de obra e reposição de peças genuínas e originais, inclusive serviços nos sistemas de freio, de direção, de suspensão, sistemas elétricos e eletrônicos, caixa de mudanças, diferencial, restauro de bombas e bicos injetores, cubos e rodas, mangas e eixo de transmissão, bombas d'água e de combustível, de escapamento (sistema de exaustão), rolamentos, retentores, restauro de sistemas hidráulicos e suas conexões, radiadores, recuperação de motores e caixas de mudanças, válvulas, alinhamento e balanceamento de direção, troca de óleo lubrificante do motor (com fornecimento de óleo lubrificante), anéis vedadores, lubrificantes tais como fluido de freio, óleo hidráulico (com fornecimento de óleo lubrificante), aditivos, incluindo a higienização dos veículos, bem como a troca de filtros e demais serviços pertinentes as máquinas pertencentes à frota da municipalidade.

3.4. **Os valores constantes do item 2.2** são parâmetros máximos de contratação não incidindo sobre os mesmos os percentuais de desconto ofertados pelos licitantes, ou seja, independente do percentual proposto estes valores não se alteram pois **são teto estimado de contratação**.

3.5. Será considerada vencedora do presente Pregão a pessoa jurídica que ofertar o maior índice/percentual de desconto por lote. O desconto final proposto, para fins de execução contratual, será aplicado sobre os valores constantes dos orçamentos auferidos pela administração, em valores de peças, valores de mão de obra e de tempo de execução dos serviços.

3.6. Não serão admitidas propostas com percentual 00%(zero) de desconto.

3.7. Serão admitidas propostas com descontos de até 20%(vinte por cento). Os licitantes que apresentarem ofertas acima deste percentual serão desclassificadas por serem consideradas, desde logo, como ofertas inexequíveis.

3.7.1. A definição deste "teto" busca estabelecer parâmetro razoável para oferta de descontos pelos licitantes consoante apuração mercadológica realizada pelo setor municipal de frotas sendo do entendimento deste que além do patamar fixado de desconto(20%) o futuro contratado não logrará êxito em prestar adequado serviço/fornecimento à municipalidade.

3.7.2. Ressalva-se que esta municipalidade já realizou certames sem a definição de limites de exequibilidade onde os percentuais ofertados foram de mais de sessenta por cento, índices impraticáveis pela realidade de mercado aliado as inúmeras variações inflacionárias ocorridas nos últimos 12 meses em razão de crise global de abastecimento e logística, ainda reflexo da pandemia do vírus chinês Covid-19.



4. DEMAIS CARACTERÍSTICAS E DEFINIÇÕES COMPLEMENTARES DO OBJETO

4.1. Manutenção Preventiva: ocorrerá sempre com intervalos regulares de quilometragens ou de horas, conforme recomendação do fabricante e compreende basicamente serviço de substituição de componentes com vida útil pré-determinada, tais como: óleos lubrificantes, elementos filtrantes, correias, velas, bicos injetores, cabos, lonas, pastilhas e demais itens desta natureza.

4.2. Manutenção corretiva: São todos os reparos necessários aos defeitos ocorridos acidentalmente e não previsíveis, a exemplo de quebra de componente, desgastes prematuros, uso indevido, colisões, dentre outros.

4.3. Pequenos serviços poderão ser executados pela Contratada na área interna da Contratante. Dependendo das necessidades alguns serviços poderão ser executados ainda no local onde se encontre o veículo avariado de forma que possibilite sua remoção até as dependências da contratada para a sequência dos trabalhos. Caso não seja possível a auto remoção do veículo ou máquina a contratada deverá providenciar, as suas expensas, o reboque do veículo ou máquina até seu estabelecimento.

4.4. Deverá ser prestado socorro aos veículos, no município, com serviço de guincho/reboque, caso seja solicitado pela Contratante e o reparo não possa ser efetuado no local da "pane" da máquina. Atendimentos que por ventura se façam necessários fora do território do Município serão avaliados conforme as distâncias a serem percorridas prevalecendo a coerência e o bom senso.

4.5. Dos serviços passíveis de exclusão da contratação:

4.5.1 Serviços de restauro de motores, bombas injetoras, sistemas hidráulicos e manutenção de parte elétrica poderão ser contratados em licitação específica para tal conforme oportunidade e conveniência para a administração pública.

4.5.2 Serviços que devam ser realizados por detentores de representação da marca fabricante do equipamento por razões de necessidade técnica ou em vigência de período de garantia a qualquer título.

4.6. Do fornecimento de peças, acessórios e demais componentes:

4.6.1 Os componentes considerados como peça ou o conjunto integrante do equipamento e os acessórios deverão ser genuínos e novos, ou seja, sem qualquer utilização anterior, constantes de catálogos emitidos pelo fabricante, devendo preferencialmente ser aplicadas peças genuínas nos equipamentos.

4.6.2 Nos casos em que não for possível o fornecimento de peças genuínas nos equipamentos, devidamente motivado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE, admitir-se-á aplicação de Peças Originais e de OUTRAS PEÇAS.

4.6.3 Para efeitos desta licitação, considera-se:

a) **PEÇA GENUÍNA** aquelas que foram homologadas, certificadas e garantidas pelo fabricante do veículo.

b) **PEÇAS ORIGINAIS** aquelas peças novas e de primeiro uso, da mesma marca utilizada pela montadora, porém distribuída pelo próprio fabricante e garantida por este.

c) **OUTRAS PEÇAS** aquelas que não se enquadrem como genuínas ou originais.

4.6.4 As peças substituídas, mesmo que inaproveitáveis, deverão ser devolvidas à CONTRATANTE juntamente com a embalagem da peça aplicada.

4.6.5. O ato de recebimento do serviço ou peça, não importa em sua aceitação. A critério do(a) Secretário(a) da Pasta, as peças e/ou serviço serão submetidas à verificação por servidor competente. Cabe ao fornecedor, quando for determinado, a troca dentro de 05 (cinco) dias úteis de itens(serviços e/ou peças e/ou componentes) que vierem a ser recusados por não se enquadrarem nas especificações estipuladas ou apresentarem defeitos de fabricação ou dano em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação.

4.7. O Município de Coronel Domingos Soares se reserva o direito de realizar a aquisição de peças, acessórios e demais componentes através de novo certame licitatório toda vez que não anuir com os orçamentos apresentados pela contratada em decorrência deste certame.

5. FISCALIZAÇÃO/ACOMPANHAMENTO

5.1. O(s) objeto(s) deverá(ao) estar em conformidade com as normas vigentes.

5.1.1. Todos os objetos entregues/executados serão recebidos e conferidos por servidor(es) da Administração Municipal, indicado como fiscal de contrato.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

038

5.2. Caberá a Contratada indicar um funcionário técnico para acompanhar solicitações e fornecimentos/execuções, bem como reportar-se ao fiscal de contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção de eventuais falhas detectadas.

5.3. A entrega/execução do objeto dar-se-á sob a forma fracionada, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao que realmente se aperfeiçoou do objeto, conforme atesto de recebimento/execução da secretaria/departamento municipal requisitante.

5.4. Caberá ao gestor do Contrato enviar a CONTRATADA uma "SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO", no qual deverá constar:

- Dados das máquinas ou tratores, tais como descrição, modelo, marca e ano de fabricação;
- Discriminação dos produtos pretendidos;
- Discriminação das prováveis peças a serem substituídas;
- Descrição dos defeitos reclamados;
- Local e Data;
- Nome e assinatura do gestor do contrato e número do contrato.

5.4.1. A CONTRATADA deverá responder a "SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO" encaminhada pelo gestor, com a apresentação das demandas do gestor do contrato, com assinatura, data e local em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período apenas uma única vez.

5.4.2. O gestor do contrato deverá analisar a viabilidade econômica entre o custo do serviço e aplicação e/ou utilização da máquina ou trator. Sendo positiva a análise do gestor, uma "SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO" será encaminhada a CONTRATADA pelo gestor do contrato.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado até trinta dias após emissão de notas fiscais e após a efetiva execução/entrega do objeto, desde que respeitados os prazos administrativos mediante:

I - As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail e também no compraspmcads@gmail.com e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade. Apresentação de nota fiscal com discriminação resumida do objeto idêntica a descrita em edital e contrato, número da licitação, lote e outros que julgar conveniente, desde que não apresente rasura e/ou entrelinhas, sob pena de devolução do documento e por consequência o não pagamento, com o devido aceite de servidor municipal encarregado para tal.

II - Apresentação das certidões negativas de débitos fiscais perante: FGTS, Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal e Tribunal Superior do Trabalho (débitos trabalhistas), todas anexas a nota fiscal, sob pena de suspensão do pagamento dos haveres até a apresentação dos aludidos documentos.

II.1 – O Município não será responsável pela consulta e/ou impressão das certidões de regularidade junto aos sites/órgãos citados neste tópico.

6.2 – Os pagamentos serão feitos exclusivamente via depósito on-line sendo que para tanto deverá ser informado pela contratada os dados bancários pertinentes em nome da empresa contratada, antes da celebração de contrato.

6.3 – As despesas decorrentes das contratações deste certame serão abarcadas pelas seguintes dotações orçamentária:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	4440	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4450	08.001.15.451.0010.2054	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4480	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	4490	08.001.15.451.0010.2054	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	4680	08.001.26.782.0010.1018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

039

2022	4690	08.001.26.782.0010.1018	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4700	08.001.26.782.0010.1018	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	4710	08.001.26.782.0010.1018	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	4880	08.003.15.451.0010.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4890	08.003.15.451.0010.2056	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4900	08.003.15.451.0010.2056	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	4910	08.003.15.451.0010.2056	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	4980	08.004.15.451.0010.2057	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4990	08.004.15.451.0010.2057	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5010	08.004.15.451.0010.2057	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5020	08.004.15.451.0010.2057	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5250	08.008.15.452.0010.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5260	08.008.15.452.0010.2062	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5270	08.008.15.452.0010.2062	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5280	08.008.15.452.0010.2062	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5290	08.008.15.452.0010.2062	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5710	10.001.20.606.0011.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5720	10.001.20.606.0011.2068	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5750	10.001.20.606.0011.2068	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5760	10.001.20.606.0011.2068	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5820	10.002.20.606.0011.2069	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5830	10.002.20.606.0011.2069	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5840	10.002.20.606.0011.2069	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5850	10.002.20.606.0011.2069	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5900	10.003.20.609.0011.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5910	10.003.20.609.0011.2070	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5960	10.004.20.608.0011.2071	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5970	10.004.20.608.0011.2071	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5980	10.004.20.608.0011.2071	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5990	10.004.20.608.0011.2071	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	6040	10.005.20.606.0011.2073	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	6050	10.005.20.606.0011.2073	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	6090	10.006.20.608.0011.2074	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	6100	10.006.20.608.0011.2074	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

7. LOCAL DE EXECUÇÃO, PRAZOS, GARANTIAS

7.1. Local de execução: os serviços, após contratação, deverão ser prestados em local adequado com estrutura mínima já descrita anteriormente e estabelecido em distância não superior a 120(cento e vinte) quilômetros do quadro urbano de Cel. Domingos Soares-PR, tomando por base distância medida em rodovias consoante mapa oficial do DER.

7.1.1. A definição das distâncias para prestação dos serviços descritos no objeto se deve a adequação necessária a realidade do Município. Impera o cuidado para com os custos que demandam os serviços, pois se um serviço de pequena monta vier a ser realizado por proponente muito distante do quadro urbano tornará o custo de remoção do equipamento mais caro que o próprio serviço assim como o próprio tempo de sua execução visto que o deslocamento de equipamentos demanda um lapso para tal assim como importa riscos de tráfego. Desta forma o objeto teve sua necessidade avaliada de forma a adequar as necessidades da municipalidade face a realidade local e regional, todavia objetivando minimizar os custos que serão suportados pelo erário, sem prejuízo ao fluxo normal de andamento dos trabalhos desenvolvidos pela



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

040

municipalidade aos seus munícipes, visando atender aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

7.1.2. As proponentes interessadas em participar do processo de licitação em objeto, após contratação, deverão dispor de frota equipada com ferramental essencial, a fim de prestarem serviços de manutenção em caráter emergencial diretamente no local em que a máquina ou trator se encontrar, sendo que o valor relativo ao deslocamento destes veículos estará isento de cobrança em desfavor da administração pública.

Quando as máquinas e tratores avariados não permitirem reparos, a CONTRATADA deverá providenciar o serviço de guincho para o transporte dos veículos até seu pátio ou pátio da CONTRATANTE para efetuar a manutenção. Todo o custo financeiro desta logística deverá ser suportado pela CONTRATADA.

7.1.3. Há que se considerar, neste contexto, como área de atendimento todo o território do município de Coronel Domingos Soares

7.2. A CONTRATADA obedecerá aos seguintes prazos nos trabalhos de manutenção e aperfeiçoamento do objeto contratual:

7.2.1 Para execução dos serviços:

- a) Serviços de manutenção preventiva: 02 (dois) dias úteis;
- b) Serviços de manutenção corretiva: 03 (três) dias úteis;

7.2.2 Para entrega de peças e/ou acessórios:

- a) Imediato quando disponível no estoque da CONTRATADA;
- b) 24 (vinte e quatro) horas se existente no mercado da região sudoeste do Paraná;
- c) No prazo máximo de 7 (sete) dias corridos quando houver necessidade de recorrer ao fabricante.

7.2.3 Os prazos constantes dos subitens anteriores iniciar-se-ão a partir da expedição da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE.

7.2.4 A CONTRATADA deverá atender aos chamados da CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do registro da solicitação dos serviços, quando da ocorrência de panes em componentes dos equipamentos, excetuando-se as revisões de caráter preventivo, que obedecerá à escala de periodicidade a ser definida entre as partes e conforme manual de reparação do equipamento.

7.2.5 A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da notificação, orçamento dos serviços solicitados.

7.2.6 A CONTRATADA deverá, após a manutenção, encaminhar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, relatório com todas as falhas do equipamento, no qual serão anotados os dados relevantes, discriminando todos os itens revisados, consertados e substituídos.

7.2.7 O relatório de que trata o subitem anterior deverá incluir a motivação dos diagnósticos técnicos iniciais dos defeitos do equipamento, e ainda, os demais ou possíveis problemas que ocasionaram tais defeitos.

7.2.8 Havendo necessidade de prorrogação dos prazos previstos, o pedido deverá ser encaminhado à CONTRATANTE para análise e deliberação.

7.3. A CONTRATADA oferecerá os seguintes prazos de garantia:

a) Para os serviços de manutenção preventiva ou corretiva: 6 (seis) meses a contar do recebimento definitivo do equipamento;

b) Para o fornecimento de peças ou acessórios: 90 (noventa) dias ou a garantia do fabricante, caso esta seja maior.

7.3.1 No ato da entrega do equipamento, a CONTRATADA deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documento próprio ou anotação na nota fiscal.

7.3.2. Ocorrendo defeito ou imperfeição durante o período de garantia, a CONTRATADA será comunicada e deverá, após o recebimento do equipamento, providenciar o devido reparo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.3.3. Para os componentes de vida útil pré-determinada, aqueles substituídos em caráter revisional periodicamente, caso ocorra imperfeição ou defeitos durante o período de garantia, será observada as horas executadas do equipamento do ato da troca até o ato da ocorrência e comparado com o determinante no manual de manutenção do equipamento.



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

041

7.3.4. Na situação prevista no subitem anterior, constatado o defeito de fabricação da peça ou acessório, ou outro motivo não justificado, caberá à CONTRATADA corrigir o defeito identificado, salvo na hipótese de desgaste natural da peça ou do acessório pelas horas executadas.

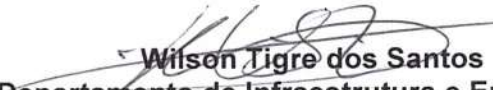
7.4 Da fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratual:

7.4.1. Fica desde já designado o setor municipal de frotas para o acompanhamento e fiscalização do objeto contratual em todas as suas fases, devendo este, em especial, acompanhar a exata realização dos trabalhos, conforme orçados.

7.4.2. Fica, desde logo, terminantemente proibida a execução de quaisquer serviços de manutenção e/ou fornecimento de peças sem a prévia autorização e/ou emissão de empenho da administração municipal, assim como não será recepcionada nota fiscal do contratado sem que a mesma se faça acompanhar destes documentos, sob pena de não empenho das mesmas e o consequente não adimplemento dos supostos haveres do contratado.

7.4.3. Para que não se alegue ignorância durante a execução contratual, o contratado deverá sempre emitir suas notas fiscais constando o valor original conforme expedido em orçamento realizado pela municipalidade (de mão de obra ou de peças) sendo que o percentual de desconto ofertado será deduzido deste apurando-se, assim, o valor líquido a ser pago.

7.4.4. Peças e/ou serviços serão avaliados conforme o orçamento do Contratado em confronto com o mercado regional a fim de ser estabelecido parâmetro de valores sobre os quais será autorizado e aperfeiçoado a execução da tarefa aplicando-se sobre este valor previamente definido o percentual de desconto pactuado.


Wilson Tigre dos Santos
Departamento de Infraestrutura e Engenharia
Gerador da Demanda/Termo de Referência



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

042

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO – PREGÃO ____/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pelo Prefeito _____, de CPF nº. _____ em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliada nesta cidade.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede a _____, em _____, Estado do _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ neste ato devidamente representada por _____ de CPF _____.

Acordam e ajustam ao firmar o presente CONTRATO, nos termos e fundamentos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão ____/2022, pelos termos da proposta da CONTRATADA e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

4.3 O objeto do presente contrato é contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de peças para manutenção de veículos e máquinas que compõe a frota municipal, nas seguintes condições e especificidades:

1.2. Configuração mínima: a proponente que tiver o objeto para si adjudicado, para efetivar sua contratação, deverá prover uma estrutura mínima que deverá contar com um barracão fechado com uma metragem mínima de 150(cento e cinquenta) metros quadrados de área coberta e com um piso revestido no mínimo em concreto, com no mínimo uma rampa de solo, equipamento para troca de óleo, uma prensa hidráulica, equipamentos para teste de baterias, equipamentos para teste de alternador, equipamento de partida auxiliar, voltímetro, compressor de ar para uso geral, aparelho de solda mig e elétrico, além de ferramental diverso para mecânica de linha de máquinas rodoviárias.

1.2.1. A administração municipal, através de preposto designado, fará a aferição da existência dos requisitos constantes neste item cuja certificação é requisito obrigatório para formalização do Termo de Contrato.

1.2.2. Descrição pormenorizada dos serviços de oficina em geral: Serviços técnicos e especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos incluindo o fornecimento de peças e mão de obra e reposição de peças genuínas e originais, inclusive serviços nos sistemas de freio, de direção, de suspensão, sistemas elétricos e eletrônicos, caixa de mudanças, diferencial, restauro de bombas e bicos injetores, cubos e rodas, mangas e eixo de transmissão, bombas d'água e de combustível, de escapamento (sistema de exaustão), rolamentos, retentores, restauro de sistemas hidráulicos e suas conexões, radiadores, recuperação de motores e caixas de mudanças, válvulas, alinhamento e balanceamento de direção, troca de óleo lubrificante do motor (com fornecimento de óleo lubrificante), anéis vedadores, lubrificantes tais como fluido de freio, óleo hidráulico (com fornecimento de óleo lubrificante), aditivos, incluindo a higienização dos veículos, bem como a troca de filtros e demais serviços pertinentes as máquinas pertencentes à frota da municipalidade.

1.2.4. O desconto final proposto, para fins de execução contratual, será aplicado sobre os valores constantes dos orçamentos auferidos pela administração, em valores de peças, valores de mão de obra e de tempo de execução dos serviços.

1.3. DEMAIS CARACTERÍSTICAS E DEFINIÇÕES COMPLEMENTARES DO OBJETO

1.3.1. Manutenção Preventiva: ocorrerá sempre com intervalos regulares de quilometragens ou de horas, conforme recomendação do fabricante e compreende basicamente serviço de substituição de componentes com vida útil pré-determinada, tais como: óleos lubrificantes, elementos filtrantes, correias, velas, bicos injetores, cabos, lonas, pastilhas e demais itens desta natureza.

1.3.2. Manutenção corretiva: São todos os reparos necessários aos defeitos ocorridos acidentalmente e não previsíveis, a exemplo de quebra de componente, desgastes prematuros, uso indevido, colisões, dentre outros.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

043

1.3.3. Pequenos serviços poderão ser executados pela Contratada na área interna da Contratante. Dependendo das necessidades alguns serviços poderão ser executados ainda no local onde se encontre o veículo avariado de forma que possibilite sua remoção até as dependências da contratada para a sequência dos trabalhos. Caso não seja possível a auto remoção do veículo ou máquina a contratada deverá providenciar, as suas expensas, o reboque do veículo ou máquina até seu estabelecimento.

1.3.4. Deverá ser prestado socorro aos veículos, no município, com serviço de guincho/reboque, caso seja solicitado pela Contratante e o reparo não possa ser efetuado no local da "pane" da máquina. Atendimentos que por ventura se façam necessários fora do território do Município serão avaliados conforme as distâncias a serem percorridas prevalecendo a coerência e o bom senso.

1.3.5. Dos serviços passíveis de exclusão da contratação:

1.3.5.1 Serviços de restauro de motores, bombas injetoras, sistemas hidráulicos e manutenção de parte elétrica poderão ser contratados em licitação específica para tal conforme oportunidade e conveniência para a administração pública.

1.3.5.2 Serviços que devam ser realizados por detentores de representação da marca fabricante do equipamento por razões de necessidade técnica ou em vigência de período de garantia a qualquer título.

1.4. Do fornecimento de peças, acessórios e demais componentes:

1.4.1. Os componentes considerados como peça ou o conjunto integrante do equipamento e os acessórios deverão ser genuínos e novos, ou seja, sem qualquer utilização anterior, constantes de catálogos emitidos pelo fabricante, devendo preferencialmente ser aplicadas peças genuínas nos equipamentos.

1.4.2. Nos casos em que não for possível o fornecimento de peças genuínas nos equipamentos, devidamente motivado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE, admitir-se-á aplicação de Peças Originais e de OUTRAS PEÇAS.

1.4.3. Para efeitos desta licitação, considera-se:

a) PEÇA GENUÍNA aquelas que foram homologadas, certificadas e garantidas pelo fabricante do veículo.

b) PEÇAS ORIGINAIS aquelas peças novas e de primeiro uso, da mesma marca utilizada pela montadora, porém distribuída pelo próprio fabricante e garantida por este.

c) OUTRAS PEÇAS aquelas que não se enquadrem como genuínas ou originais.

1.4.4. As peças substituídas, mesmo que inaproveitáveis, deverão ser devolvidas à CONTRATANTE juntamente com a embalagem da peça aplicada.

1.4.5. O ato de recebimento do serviço ou peça, não importa em sua aceitação. A critério do(a) Secretário(a) da Pasta, as peças e/ou serviço serão submetidas à verificação por servidor competente. Cabe ao fornecedor, quando for determinado, a troca dentro de 05 (cinco) dias úteis de itens(serviços e/ou peças e/ou componentes) que vierem a ser recusados por não se enquadrarem nas especificações estipuladas ou apresentarem defeitos de fabricação ou dano em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação.

1.5. O Município de Coronel Domingos Soares se reserva o direito de realizar a aquisição de peças, acessórios e demais componentes através de novo certame licitatório toda vez que não anuir com os orçamentos apresentados pela contratada em decorrência deste certame.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O preço ajustado para aquisição/execução do objeto da licitação e ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e o CONTRATADO concorda em receber é de R\$ _____, respeitados os valores individuais descritos na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar de sua assinatura, e sua eficácia dar-se-á a partir da data de sua publicação, por extrato do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA ATUALIZAÇÃO DE VALORES

4.1. Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

044

4.1.1. Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro, deverão ser encaminhados pela empresa solicitante através de um ofício, devidamente justificado, juntamente com a comprovação fiscal, bem como registrar seu pedido no protocolo geral da administração, prédio da prefeitura.

4.1.2. O prazo para que a administração municipal manifeste-se sobre o pedido dar-se-á em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de protocolo.

4.1.3. Desde o protocolo até a definição do pedido pela administração municipal, o contratado deverá continuar fornecendo o objeto nos seus termos originais, bem como emitindo as respectivas notas fiscais com o valor vigente, sem prejuízos à administração, nenhuma alteração de valores será admitida antes da data de publicação do respectivo termo aditivo na imprensa oficial eletrônica do Município.

4.2. Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, mediante solicitação do contratado que expressem suas razões e fundamentos, passando a incidir, quando deferido, sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Para aplicação de reajustes de valor tomar-se-á como referência os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias atualizações. Os pedidos injustificados ou insubsistentes poderão ser indeferidos pela administração com a necessária fundamentação.

4.3. No presente contrato somente será possível a aplicação de eventuais reequilíbrios financeiros e/ou reajustes de valor sobre os importes contratuais alusivos a mão de obra.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do valor devido para o fornecimento ou execução do objeto deste edital, será realizado até o décimo quinto dia do mês subsequente àquele em que se deu a entrega ou execução, após objeto(s) devidamente aceito(s). Os pagamentos serão efetuados através das seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	4440	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4450	08.001.15.451.0010.2054	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4480	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	4490	08.001.15.451.0010.2054	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	4680	08.001.26.782.0010.1018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4690	08.001.26.782.0010.1018	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4700	08.001.26.782.0010.1018	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	4710	08.001.26.782.0010.1018	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	4880	08.003.15.451.0010.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4890	08.003.15.451.0010.2056	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4900	08.003.15.451.0010.2056	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	4910	08.003.15.451.0010.2056	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	4980	08.004.15.451.0010.2057	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4990	08.004.15.451.0010.2057	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5010	08.004.15.451.0010.2057	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5020	08.004.15.451.0010.2057	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5250	08.008.15.452.0010.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5260	08.008.15.452.0010.2062	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5270	08.008.15.452.0010.2062	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5280	08.008.15.452.0010.2062	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5290	08.008.15.452.0010.2062	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5710	10.001.20.606.0011.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5720	10.001.20.606.0011.2068	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

045

2022	5750	10.001.20.606.0011.2068	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5760	10.001.20.606.0011.2068	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5820	10.002.20.606.0011.2069	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5830	10.002.20.606.0011.2069	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5840	10.002.20.606.0011.2069	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5850	10.002.20.606.0011.2069	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5900	10.003.20.609.0011.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5910	10.003.20.609.0011.2070	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5960	10.004.20.608.0011.2071	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5970	10.004.20.608.0011.2071	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5980	10.004.20.608.0011.2071	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	5990	10.004.20.608.0011.2071	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	6040	10.005.20.606.0011.2073	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	6050	10.005.20.606.0011.2073	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2022	6090	10.006.20.608.0011.2074	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	6100	10.006.20.608.0011.2074	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

PARAGRAFO PRIMEIRO - Em recaiando o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

PARAGRAFO SEGUNDO - O pagamento será efetuado diretamente à CONTRATADA e exclusivamente através de depósito bancário diretamente na conta do favorecido sendo a mesma. Não serão efetuados pagamentos em cheques e/ou dinheiro.

PARAGRAFO TERCEIRO - Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da Contratada, emitente da fatura.

PARAGRAFO QUARTO - As Notas Fiscais deverão ser entregues na Prefeitura, no endereço já declinado no preâmbulo da presente, contendo a descrição processo licitatório bem como modalidade correspondente. As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail licitapmcds@gmail.com e também no compraspmcds@gmail.com e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade.

PARAGRAFO QUINTO – Notas fiscais, quando emitidas, devem ater-se ao departamento para o qual foi destinado objeto a saber: Município de Cel Domingos Soares, Av Araucária, 3120, CNPJ 01614415/0001-18, isento de inscrição estadual.

PARAGRAFO SEXTO - Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

PARAGRAFO SÉTIMO – Somente serão efetuados os pagamentos das Notas Fiscais que estiverem acompanhadas das respectivas autorizações de compras emitidas pelo Departamento de Compras, as Notas Fiscais que não estiverem acompanhadas destas autorizações não serão recebidas, portanto somente o Departamento de Compras é autorizado a solicitar os produtos e o fornecedor não deverá entregar qualquer item que seja solicitado por terceiros ainda que vinculados a administração municipal.

PARÁGRAFO OITAVO – Pactuam as partes, em comum acordo, que nenhum pagamento, no âmbito deste contrato, deverá ser efetivado ao contratado caso este não comprove, junto a cada nota fiscal emitida em desfavor do contratante, sua condição de regularidade fiscal perante a Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal, FGTS e a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidões negativas e/ou certidões positivas com efeitos de negativa. Esta pactuação das partes visa condicionar o contratado a manter durante o curso da prestação dos serviços ou da entrega de bens a condição de regularidade comprovada pelo mesmo por ocasião da participação na licitação.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

046

- a. O contratado reconhece, desde já, que a eventual retenção de pagamentos pela não satisfação do pactuado neste parágrafo não será reconhecida como retenção indevida.
- b. O contratante se reserva, ainda, o direito de suspender a prestação de serviços ou o fornecimento de bens bem como não mais receber notas fiscais do contratado caso este deixe de cumprir o previsto neste parágrafo.

CLAUSULA SEXTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

6.1 O prazo total de entrega/execução será de ____ (xxxxxxx) meses, podendo ser prorrogado de conformidade com o disposto na Lei 8.666/93.

6.2 Cada entrega/execução deverá respeitar os seguintes prazos, atendendo **as necessidades dos departamentos requisitantes**, após emissão de requisição de compras e/ou ordem de serviços:

6.2.1 Para execução dos serviços:

- a) Serviços de manutenção preventiva: 02 (dois) dias úteis;
- b) Serviços de manutenção corretiva: 03 (três) dias úteis;

6.2.2 Para entrega de peças e/ou acessórios:

- a) Imediato quando disponível no estoque da CONTRATADA;
- b) 24 (vinte e quatro) horas se existente no mercado da região sudoeste do Paraná;
- c) No prazo máximo de 7 (sete) dias corridos quando houver necessidade de recorrer ao fabricante.

6.2.3. Os prazos constantes dos subitens anteriores iniciar-se-ão a partir da expedição da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE.

PARAGRAFO PRIMEIRO - É vedado à Contratada executar o objeto sem emissão de ordem de compra/fornecimento expedida pelo **Departamento de Infraestrutura e Engenharia e Departamento de Agricultura**, sob pena de não reconhecimento das mesmas;

PARAGRAFO SEGUNDO - É vedada a Contratada interromper a entrega e/ou execução do objeto por qualquer motivo, sem aviso prévio antecipado e de no mínimo 05(cinco) dias do referido ato, sob pena de não aceitação do mesmo e aplicação de sanções administrativas;

PARAGRAFO TERCEIRO - A Contratada será única e exclusiva responsável pelo atendimento das legislações: fiscais, tributários, previdenciários, trabalhistas, segurança e medicina do trabalho, ambientais, equipamentos de proteção individual e seguros em geral;

PARAGRAFO QUARTO - A Contratada responderá civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à administração e/ou terceiros, por seus empregados credenciados, nos locais de trabalho;

PARAGRAFO QUINTO - É vedada a Contratada transferir ao outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;

PARAGRAFO SEXTO - Todo objeto entregue e/ou executado pela Contratada deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

PARAGRAFO SÉTIMO - O objeto será solicitado à Contratada, pelo **Departamento de Infraestrutura e Engenharia e Departamento de Agricultura** desta municipalidade atendendo demanda interna da administração.

PARAGRAFO OITAVO - A não entrega e/ou execução no prazo anteriormente estipulado será considerada como desistência, podendo a administração pública, indicar o próximo colocado nos itens que ganhou o primeiro, para a entrega e/ou execução, nas mesmas condições oferecidas pelo primeiro colocado, nos termos da legislação vigente;

PARAGRAFO NONO - O prazo de garantia do objeto contratual deverá ser suportado pelo Contratado na seguinte disposição:

- a) Para os serviços de manutenção preventiva ou corretiva: 6 (seis) meses a contar do recebimento definitivo do equipamento;
- b) Para o fornecimento de peças ou acessórios: 90 (noventa) dias ou a garantia do fabricante, caso esta seja maior.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A proponente deverá dispor de frota equipada com ferramental essencial, a fim de prestarem serviços de manutenção em caráter emergencial diretamente no



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

047

local em que a máquina ou trator se encontrar, sendo que o valor relativo ao deslocamento destes veículos estará isento de cobrança em desfavor da administração pública.

1.1. Quando as máquinas e tratores avariados não permitirem reparos, a CONTRATADA deverá providenciar o serviço de guincho para o transporte dos veículos até seu pátio ou pátio da CONTRATANTE para efetuar a manutenção. Todo o custo financeiro desta logística deverá ser suportado pela CONTRATADA.

1.1.1. Há que se considerar, neste contexto, como área de atendimento todo o território do município de Coronel Domingos Soares.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá atender aos chamados da CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do registro da solicitação dos serviços, quando da ocorrência de panes em componentes dos equipamentos, excetuando-se as revisões de caráter preventivo, que obedecerá à escala de periodicidade a ser definida entre as partes e conforme manual de reparação do equipamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da notificação, orçamento dos serviços solicitados.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A CONTRATADA deverá, após a manutenção, encaminhar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, relatório com todas as falhas do equipamento, no qual serão anotados os dados relevantes, discriminando todos os itens revisados, consertados e substituídos.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O relatório de que trata o subitem anterior deverá incluir a motivação dos diagnósticos técnicos iniciais dos defeitos do equipamento, e ainda, os demais ou possíveis problemas que ocasionaram tais defeitos.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Havendo necessidade de prorrogação dos prazos previstos, o pedido deverá ser encaminhado à CONTRATANTE para análise e deliberação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A CONTRATADA oferecerá os seguintes prazos de garantia:

a) Para os serviços de manutenção preventiva ou corretiva: 6 (seis) meses a contar do recebimento definitivo do equipamento;

b) Para o fornecimento de peças ou acessórios: 90 (noventa) dias ou a garantia do fabricante, caso esta seja maior.

1.1. No ato da entrega do equipamento, a CONTRATADA deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documento próprio ou anotação na nota fiscal.

1.2. Ocorrendo defeito ou imperfeição durante o período de garantia, a CONTRATADA será comunicada e deverá, após o recebimento do equipamento, providenciar o devido reparo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

1.3. Para os componentes de vida útil pré-determinada, aqueles substituídos em caráter revisional periodicamente, caso ocorra imperfeição ou defeitos durante o período de garantia, será observada as horas executadas do equipamento do ato da troca até o ato da ocorrência e comparado com o determinante no manual de manutenção do equipamento.

1.4 Na situação prevista no subitem anterior, constatado o defeito de fabricação da peça ou acessório, ou outro motivo não justificado, caberá à CONTRATADA corrigir o defeito identificado, salvo na hipótese de desgaste natural da peça ou do acessório pelas horas executadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Da fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratual:

1.1. Fica desde já designado o setor municipal de frotas para o acompanhamento e fiscalização do objeto contratual em todas as suas fases, devendo este, em especial, acompanhar a exata realização dos trabalhos, conforme orçados.

1.2. Fica, desde logo, terminantemente proibida a execução de quaisquer serviços de manutenção e/ou fornecimento de peças sem a prévia autorização e/ou emissão de empenho da administração municipal, assim como não será recepcionada nota fiscal do contratado sem que a mesma se faça acompanhar destes documentos, sob pena de não empenho das mesmas e o conseqüente não adimplemento dos supostos haveres do contratado.

1.3. Para que não se alegue ignorância durante a execução contratual, o contratado deverá sempre emitir suas notas fiscais constando o valor original conforme expedido em orçamento realizado pela municipalidade (de mão de obra ou de peças) sendo que o percentual de desconto ofertado será deduzido deste apurando-se, assim, o valor líquido a ser pago.



1.3.1. Peças e/ou serviços serão avaliados conforme o orçamento do Contratado em confronto com o mercado regional a fim de ser estabelecido parâmetro de valores sobre os quais será autorizado e aperfeiçoado a execução da tarefa aplicando-se sobre este valor previamente definido o percentual de desconto pactuado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE receber e fazer cumprir o objeto deste Contrato nas condições ajustadas e da CONTRATADA perceber o valor pactuado na forma e prazo estabelecidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Proporcionar todos os meios para que a Contratada possa entregar e/ou executar o objeto dentro das normas estabelecidas;
- b) Proceder à conferência do objeto, certificando-se de que atende as especificações descritas neste contrato;
- c) Efetuar o pagamento ajustado;
- d) Aceitar ou recusar os motivos alegados pela CONTRATADA para configurar caso fortuito ou de força maior, dando, por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 5(cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação;
- e) Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com referência ao fornecimento e/ou execução do objeto.
- f) Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.
- g) Solicitar o objeto, através de Autorização de Fornecimento devidamente assinada.
- h) Exigir a apresentação de notas fiscais, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem: as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, bem como fornecer à CONTRATADA recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de outros compromissos que exijam tais comprovações.
- i) A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para terceiros, intermediários ou quaisquer outros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Responsabilizar-se pela emissão de Nota Fiscal eletrônica, de venda e de prestação de serviços, ficando ciente que o setor municipal de Compras não receberá a Nota que descumprir a legislação pertinente a matéria e o pagamento ficará pendente até a regularização da situação.
- c) A CONTRATADA atenderá o presente contrato, obrigando-se a efetuar a entrega e/ou execução do objeto atendendo às normas técnicas e legais vigentes, de modo a resguardar, sob todos os aspectos, a segurança e o interesse público.
- d) Sempre que não houver prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo do mesmo.
- e) A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Será de responsabilidade do Contratado o pagamento de toda e qualquer situação decorrente da execução do objeto da licitação a que se refere o presente contrato, inclusive eventuais reclamatórias trabalhistas que venham a ser formuladas decorrentes dessa respectiva execução.

CLÁUSULA OITAVA – DA MULTA POR INADIMPLENCIA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Por atraso ou inexecução total ou parcial do contrato, bem como por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, a CONTRATANTE poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

PARAGRAFO PRIMEIRO - ADVERTÊNCIA: É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou Contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:



1.1. Pelo Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação correr no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial da CONTRATANTE e Registrada no Tribunal de Contas Estadual, nos seguintes casos:

1.1.1. Quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

1.1.2. Quando a licitante ofertar preço visivelmente inexecuível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

1.1.3. Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;

1.1.4. Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;

1.1.5. Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

1.1.6. Todas as hipóteses tratadas no subitem 1.1 serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

1.2. Pelo Ordenador de Despesas do Órgão, orientado pelo Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o contrato, nos seguintes casos:

1.2.1. Quando a licitante se recusar a assinar o contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura;

1.2.2. Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento no início da execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;

1.2.3. Quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao Cronograma Aprovado, não justificado pela empresa contratada.

1.2.4. Quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

PARAGRAFO SEGUNDO - MULTA: É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas do Órgão, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

1.1. Nos casos de atrasos:

1.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, vírgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

1.1.2. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

1.1.3. 2% (dois por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de execução do objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos subitens 1.1.1 e 1.1.2;

1.2. Nos casos de recusa ou inexecução:

1.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATADA ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;

1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

1.3. A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à Contratada a



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

050

oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- 1.3.1. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, quando houver;
- 1.3.2. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
- 1.3.3. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

1.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

1.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

- 1.5.1. O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 05 (cinco) dias; e
- 1.5.2. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

1.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

1.7. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo pelo Fiscal do contrato com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do contrato, exceto se houver justificado interesse da CONTRATADA em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma dos subitens 1.2.3 do Parágrafo primeiro e 1.1. do Parágrafo segundo.

PARAGRAFO TERCEIRO - SUSPENSÃO: É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Sistema de Cadastramento de Fornecedores, de acordo com os prazos a seguir:

1.1. Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

1.1.1. A hipótese em que o licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação, será válida quando a empresa for reincidente, já havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

1.1.2. Por até 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato.

1.1.3. Por até 5 (cinco) anos, quando a Contratada:

1.1.3.1. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

1.1.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

1.1.3.3. Receber qualquer das multas previstas no parágrafo segundo e não efetuar o pagamento.

1.1.3.4. Comportar-se de modo inidôneo.

1.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

1.2.1. O Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

1.2.2. O Ordenador de Despesas do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

1.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial Do Município e registrada no Tribunal de Contas Estadual - TCE.



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

051

PARAGRAFO QUARTO - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: A declaração de inidoneidade será aplicada somente pelo(a) Prefeito(a) Municipal, à vista dos motivos informados na instrução processual.

PARAGRAFO QUINTO - Disposições gerais

As sanções previstas nos parágrafos terceiro e quarto poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato:

1.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

1.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

1.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

1.2. Do direito de defesa

1.2.1. É facultado à Contratada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

1.2.2. O recurso será dirigido ao Ordenador de Despesas, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

1.2.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

1.2.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, devendo constar:

1.2.4.1. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.

1.2.4.2. O prazo do impedimento para licitar e contratar;

1.2.4.3. O fundamento legal da sanção aplicada; e

1.2.4.4. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

1.2.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção nos locais competentes.

1.3. Do assentamento em registros

1.3.1. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Município as sanções aplicadas com fundamento nos itens Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93.

1.3.2. Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão

ou na entidade.

1.4. Da sujeição a perdas e danos

1.4.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados a CONTRATADA pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

PARÁGRAFO SEXTO – DA RESCISÃO

1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação Judicial da CONTRATADA, nas seguintes hipóteses;

a) infringência de qualquer obrigação ajustada.

b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA.

c) se a CONTRATADA, sem prévia autorização do CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste contrato.

d) os demais mencionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93.



PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA, indenizará o CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o extrato do presente Contrato será publicado pela municipalidade em seu Diário Oficial Eletrônico, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, e em outras referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

- a) Em ocorrendo a rescisão do presente contrato, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com o CONTRATANTE, bem como sofrerá as penalidades previstas no Artigo nº 87 da Lei 8.666/93.
- b) A CONTRATADA assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

053

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PARTES INTEGRANTES

As condições estabelecidas no edital do Processo Licitatório e na proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pelo CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

O contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação da direção do(s) departamento(s) requerente(s) da licitação que deu origem a este Termo.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização da execução do contrato será exercida por servidor credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

PARAGRAFO SEGUNDO - A fiscalização da contratação decorrente do edital caberá ao Departamento de _____, através do Sr(a) _____ que determinará(ão) o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo gestor por este indicado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As fiscalizações/inspeções serão documentadas, através de Relatórios elaborados pela fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsabilidades pelas providências a serem tomadas.

PARÁGRAFO QUARTO - Caberá ao gestor do Contrato enviar a CONTRATADA uma "SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO", no qual deverá constar:

- a. Dados das máquinas ou tratores, tais como descrição, modelo, marca e ano de fabricação;
- b. Discriminação dos produtos pretendidos;
- c. Discriminação das prováveis peças a serem substituídas;
- d. Descrição dos defeitos reclamados;
- e. Local e Data;
- f. Nome e assinatura do gestor do contrato e número do contrato.

4.1. A CONTRATADA deverá responder a "SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO" encaminhada pelo gestor, com a apresentação das demandas do gestor do contrato, com assinatura, data e local em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período apenas uma única vez.

4.2. O gestor do contrato deverá analisar a viabilidade econômica entre o custo do serviço e aplicação e/ou utilização da máquina ou trator. Sendo positiva a análise do gestor, uma "SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO" será encaminhada a CONTRATADA pelo gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de Palmas, estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas neste referido foro.

Cel. Domingos Soares-PR _____, em ____ de _____ de 2022

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

(assinatura e nº do CPF)



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

054

(assinatura e nº do CPF)



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

055

Demais modelos auxiliares:

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a EMPRESA "_____", com sede na Rua _____, n.º _____, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º _____, representada, neste ato, por seu administrador _____, brasileiro, estado civil, profissão, residente e domiciliado em _____, nomeia e constitui seu representante _____, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade RG n.º _____, e do CPF n.º _____, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no Pregão n.º ____/2022 -PMCDs, instaurado pelo Município de Cel. Domingos Soares-PR, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas / fases do Pregão, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

_____, em ____ de _____ de 2022

(Identificação e assinatura do(a) representante legal da empresa proponente-com firma reconhecida se instrumento particular)



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

056

Papel timbrado da proponente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se tiver), número de CNPJ

Edital de Licitação Pregão 001/2022

A Comissão de Licitação da Prefeitura de Cel Dom Soares-PR

**DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A proponente abaixo assinada, por seu representante credenciado, declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais legislação pertinente, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

_____, em ____ de _____ de 2022

(Identificação e assinatura do(a) representante legal da empresa proponente)



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

057

Papel timbrado da proponente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se
tiver), número de CNPJ

Edital de Licitação Pregão 001/2022

A Comissão de Licitação da Prefeitura de Cel Dom Soares-PR

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/OU ACESSO À DOCUMENTAÇÃO

A proponente abaixo assinada, por seu representante credenciado, declara, que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais, geográficas e topográficas para o cumprimento das obrigações da licitação vez que o objeto deverá ser entregue/executado no endereço e nas condições previstas no Anexo I do edital licitatório.

_____, em ____ de _____ de 2022

(Identificação e assinatura do(a) representante legal da empresa proponente)



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

058

Papel timbrado do emitente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se tiver),
número de CNPJ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fim de participação em Licitação, que a pessoa jurídica
_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede a
_____, é FORNECEDORA IDÔNEA, no fornecimento/execução
_____ atendendo sempre os prazos estipulados e a especificação dos itens
adquiridos e/ou objetos executados, nos tendo fornecido em ____/____/____ o equipamento
_____ na quantia de ____ unidades e/ou prestado serviços entre as datas de
____/____/____ e ____/____/____.

Atestamos ainda, que os equipamentos foram entregues corretamente ou os serviços
executados de acordo e em prazo estipulado, assim como a qualidade do executado/entregue
pôde ser considerada satisfatória, suprimindo as necessidades e expectativas que tínhamos
inicialmente.

_____, em ____ de _____ de 2022

(Assinatura do Representante da empresa (cliente) que forneceu o Atestado)
(com firma reconhecida caso emitida por pessoa jurídica de direito privado, salvo, em
caso de ser assinatura de forma digital)



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

059

Papel timbrado da proponente contendo a razão social, endereço, telefone/fax, e-mail(se tiver), número de CNPJ

Edital de Licitação Pregão 001/2022

A Comissão de Licitação da Prefeitura de Cel Dom Soares-PR

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITO DE HABILITAÇÃO

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. _____ portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____

_____, DECLARA, por seu representante legal infra-assinado para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, e para fins do Pregão Presencial nº 001/2022 da Prefeitura Municipal de Cel. Domingos Soares - PR, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos do Edital do Pregão em epígrafe.

Declaramos ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do art. 32, §2º e art. 97 da Lei 8666/93, e suas alterações, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____ de _____ de _____, em _____ de _____ de 2022

(Identificação e assinatura do(a) representante legal da empresa proponente)

Obs. Esta declaração deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro, no ato de credenciamento.